

As relações de naufrágios do século XVI e a génese do jornalismo lusófono

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa, Porto

e Centro de Investigação Media & Jornalismo, Lisboa

E-mail: jorgepedrosousa@hotmail.com

Índice

| | |
|--|----|
| Introdução | 2 |
| 1 As relações de naufrágios e o contexto da época | 4 |
| 2 Cronologia e apresentação das relações de naufrágios do século XVI | 6 |
| 3 Análise das relações | 10 |
| 3.1 As intenções dos autores | 10 |
| 3.2 Dimensão ideológica nas relações | 15 |
| 3.3 Títulos das relações | 22 |
| 3.4 Estrutura das relações | 24 |
| 3.4.1 A introdução, o <i>exordium</i> e o <i>proposito</i> | 24 |
| 3.4.2 <i>Narratio</i> e <i>conclusio</i> | 28 |
| 3.4.3 Tradução gráfica da estrutura das três relações | 47 |
| 4 As relações de naufrágios ocasionais como histórias jornalísticas | 47 |
| Conclusões | 51 |
| Bibliografia | 53 |

Sumário

Neste trabalho, apresentam-se as relações de naufrágios que foram editadas em Portugal no século XVI e que foram recolhidas na *História Trágico-Marítima* de Bernardo Gomes de Brito (século XVIII), discutindo-se o seu contributo para a génese do jornalismo lusófono. Essas relações monotemáticas não eram periódicas, mas os seus propósitos (lucro através da venda de informação), o tipo de discurso (informativo, mesmo que dramatizado, configurando-se como “reportagem”) e a forma de distribuição (dentro do contexto da época, “massiva”, até porque muitas vezes as relações eram lidas em lugares públicos para indivíduos que pagavam uma determinada quantia ao leitor) eram estruturalmente similares ao que encontramos no jornalismo contemporâneo.

Palavras-chave: história do jornalismo; relações de naufrágios; folhas ocasionais monotemáticas; reportagem; análise do discurso.

Introdução

No século XV e XVI, começaram a surgir um pouco por toda a Europa folhas noticiosas ocasionais de diferentes tipos e formatos e com diversas denominações (*notícia, relação, carta*, etc.). Algumas delas eram só constituídas por uma ou várias folhas agrafadas, por vezes com frontispício. Outras foram publicadas sob a forma de livro, tendo, algumas delas, várias dezenas de folhas. Legais ou clandestinas, todas elas podem ser vistas como uma forma de jornalismo “de reportagem” que antecipa o jornalismo moderno.

As primeiras dessas folhas ocasionais falavam apenas de um único assunto. Porém, a partir do final do século XVI, começaram a surgir as primeiras colectâneas de notícias, recolhidas nas folhas ocasionais ou de produção própria. Essas colectâneas, que gradualmente adquiriram periodicidade regular, foram os antepassados dos actuais jornais.

As folhas noticiosas ocasionais terão surgido em Itália, concretamente em Bolonha, Veneza e Génova, mas espalharam-se rapidamente por toda a Europa, sendo vendidas em feiras e lugares concorridos. Frequentemente, as pessoas, maioritariamente analfabetas, juntavam-se em sessões de leitura pública de folhas noticiosas. No entanto, há que dizer que a alfabetização se incrementava (Belo, 2001), o que ajuda a explicar o sucesso dos dispositivos pré-jornalísticos.

Em Portugal, algumas dessas folhas ocasionais foram chamadas *relações*, no sentido de serem um relato monotemático, como é o caso de várias das relações de naufrágios que são objecto do presente estudo¹. Porém, essa denominação também carimbou, como sinónimo de lista ou rol, as duas primeiras colectâneas de notícias

¹ Algumas delas, originalmente, não foram publicadas com a designação relação, mas com outras designações, como História, ou Notícia, mas na *História Trágico-Marítima* surgem com o nome “relação”.

publicadas em Portugal, redigidas por Manuel Severim de Faria: a *Relação Universal do que Succedeu em Portugal e Mais Provincias do Occidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo Setembro de [1]626*, que apareceu em 1626, em Lisboa, e que seria reimpressa em 1627, em Braga; e o seu segundo número, que compreende notícias do período de Março de 1626 a Agosto de 1627, impresso em 1628, em Évora, de cuja Sé o autor era chantre.

Os temas das folhas ocasionais eram variados. Política, comércio, fenómenos insólitos e curiosos, acontecimentos sociais, crimes e criminosos, calamidades, batalhas, lugares, etc. são exemplos de alguns dos muitos temas que serviram de pretexto para a sua elaboração. Tengarrinha (1989: 29) fez um levantamento das relações portuguesas de que se tem conhecimento ou que ainda se conservam, publicadas entre 1555 e 1641 (ano em que surge o primeiro periódico português estável), tendo chegado ao número de 32, abarcando as seguintes temáticas:

- Expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso: 14 (43,7%)²
- Assuntos religiosos: 6 (18,8%)
- Notícias da Corte: 6 (18,8%)
- Acontecimentos gerais do País e o estrangeiro: 3 (9,4%)
- Batalhas: 2 (6,2%)
- Descrição de Lisboa: 1 (3,1%)

A mais antiga folha noticiosa ocasional de que se conserva registo foi editada em Itália (Bolonha, 1470) e relatava a queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), em 1453, e os subsequentes avanços dos turcos otomanos pelo Mediterrâneo oriental. Outras folhas faziam referência a factos como a queda de Granada e a expulsão dos mouros de Espanha (1492), a queda de um meteorito em Ensisheim (1492), a descoberta da América por Colombo (1493), a entrada de Carlos VIII em Florença (1494) ou a batalha de Flodden Field, em Inglaterra (1513). Um outro tipo de folha noticiosa oferecia informação comercial e política aos mercadores e era produzida no seio das grandes casas comerciais europeias. Podemos dizer, assim, que as notícias das relações já obedeciam a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia (negatividade, referência a fenómenos insólitos, novidade, referência a pessoas de elite, utilidade prática das informações, etc.).

Tendo em conta o papel das folhas ocasionais na génese do jornalismo, este trabalho tem por objectivo descrever a estrutura das relações ocasionais sobre naufrágios publicadas em Portugal no século XVI. Procuraremos analisar essas relações à luz de conceitos contemporâneos sobre jornalismo e tentaremos estabelecer

² Muitas das folhas noticiosas sobre naufrágios foram compiladas nos dois volumes da *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito (1735/1736).

pontes entre o tipo de relato que elas apresentavam e formas de relato anteriores e posteriores, em particular formas de relato “jornalísticas” ou aparentadas com o jornalismo.

1 As relações de naufrágios e o contexto da época

Quando surgiram as primeiras relações de naufrágios portuguesas, na viragem da primeira para a segunda metade do século XVI, Portugal começava a atravessar uma crise política, económica e social de vastas proporções, que contrastava com os anos de glória do início da epopeia dos Descobrimentos.

De facto, ao longo do século XVI, em particular a partir da segunda metade desse século, foram-se desvanecendo os factores que tinham lançado Portugal na grande aventura da expansão marítima e do comércio global, como a argúcia dos governantes (a começar pelo Infante Dom Henrique, mentor primeiro dos Descobrimentos), que permitiu, por exemplo, a brilhante manobra de reconversão da Ordem do Templo em Ordem de Cristo, possibilitando a manutenção das riquezas, pessoas e conhecimentos dos Templários em Portugal; a clareza na estratégia nacional a seguir; a abertura a novas técnicas, saberes e ideias, independentemente da sua proveniência; e ainda a tolerância, manifesta, em particular, na aceitação dos judeus, que com o seu dinamismo, sagacidade e dinheiro estimulavam a economia, o comércio e as explorações.

São, assim, várias as causas que provocaram o lento declínio de Portugal e o fim da preponderância do país no comércio internacional a partir de meados do século XVI. Podemos apontar, por exemplo, as crises de sucessão no trono; a concorrência de outros países na exploração e no comércio intercontinental; a vontade de rápido enriquecimento, que conduziu os negociantes quer a desinvestir na manutenção e no equipamento das naus, para aumentar as margens de lucro, quer a alterar as condições das naus, para lhes carregar mais mercadoria, o que afectava as condições de navegabilidade; o aumento da influência então obscurantista e intolerante da Igreja Católica, materializada, principalmente, na instituição da Inquisição, em 1547; e ainda a expulsão de Portugal dos judeus e mouros que recusaram a conversão ao Cristianismo, em 1496³, seguida por várias perseguições a judeus e cristãos-novos⁴, o que afectou o comércio e a economia.

³ Na realidade, D. Manuel I, interessado em manter os judeus em Portugal, obrigou todos os judeus a serem baptizados, mesmo à força, pelo que, de um dia para o outro, pôde dizer que já não havia judeus em Portugal. No entanto, grande parte dos judeus continuou a professar secretamente a sua religião. O facto de serem judeus, aliás, trouxe-lhes o ódio de uma população cristã fanática e fundamentalista que via neles a fonte de muitos males, pelo que as perseguições continuaram e provocaram o exílio de muitos judeus, com a consequente fuga de investimentos e capitais.

⁴ Nome por que eram designados os judeus que publicamente abraçaram o Cristianismo, embora muitos deles, secretamente, continuassem a professar o Judaísmo. Um dos maiores massacres de judeus (como cristãos-novos) ocorreu em Lisboa, Portugal, em Abril de 1506. Durante três dias, 4000 homens, mulheres, crianças e bebés judias foram mortos por todos os meios (fogueiras, espancamentos, violações sucessivas...) num dos episódios mais negros da história de Portugal, perante a

A expulsão dos judeus foi determinada pelo Rei Dom Manuel, em grande medida por influência da sua noiva, mais tarde mulher, Dona Isabel de Castela, que isso lhe exigiu para casar com ele. Mas esse acto representou um duro golpe para a economia e para a sociedade portuguesa. Portugal perdeu o conhecimento acumulado pelos judeus, o seu espírito empreendedor e comercial e o seu dinheiro. Tornou-se, também, mais permeável à perniciosa influência de uma Igreja Católica inquisitorial, tolerada por Dom Manuel, que acalentava sonhos de unir a Península Ibérica sob uma única coroa e sob um Rei português. O seu filho Dom João III, que ascendeu ao trono em 1521, inclusivamente pediu ao Papa a instituição da Inquisição Portuguesa, segundo o modelo da Inquisição Espanhola, tendo recebido a autorização papal em 1547. A perseguição às pessoas, às novas ideias e ao conhecimento promovida pela Inquisição Católica afastou Portugal do progresso, apesar do comércio intercontinental, ainda liderado por Portugal durante a primeira metade do século XVI, e da exploração do Brasil e das possessões coloniais terem disfarçado a crise. De qualquer modo, na viragem da primeira para a segunda metade do século XVI, Portugal já enfrentava a fuga de cérebros e navegantes experientes, a falta de capital, a ameaça constante dos corsários de outros países europeus (ingleses, franceses, holandeses...) e, como se disse, a concorrência de outros países europeus na exploração do mundo e no comércio intercontinental. O reinado de Dom Sebastião, neto e sucessor de Dom João III (falecido em 1557), agudizou a crise. O jovem Rei, de extrema religiosidade, empreendeu várias expedições guerreiras no Norte de África unicamente por espírito de cruzada, pois essas terras já não interessavam estrategicamente a Portugal. A economia, as explorações e o comércio intercontinental, que tinham feito a riqueza do país, foram descurados pela Coroa. Em 1578, o jovem Rei acabou mesmo por ser morto, sem herdeiro directo, na batalha de Alcácer Quibir, onde actualmente é Marrocos. A crise dinástica que se seguiu, apesar do breve reinado do cardeal Dom Henrique e, à morte deste, em 1580, da aclamação como Rei de Dom António Prior do Crato, acabou por conduzir à invasão de Portugal pelo exército espanhol, em 1580, e à aceitação da reivindicação da ascensão de Dom Filipe II de Espanha (Dom Filipe I de Portugal) ao trono português, embora sob o princípio da Monarquia dual (dois reinos, um Rei). O domínio dos Filipes, até 1640 (Restauração da Independência), subordinou os interesses de Portugal aos interesses de Espanha; intensificou a obscurantista influência da Igreja Católica de então e da Inquisição e a perseguição a pessoas e novas ideias; e finalmente tornou os inimigos de Espanha em inimigos de Portugal e as guerras de Espanha em guerras de Portugal. A crise económica e social agudizou-se. Os dois países ibéricos, depois dos anos esplendurosos em que, beneficiando da intrepidez inicial dos portugueses, globalizaram o mundo e o comércio, entraram num processo de declínio de que só saíram no final do século XX, processo esse apenas mitigado e disfarçado, como se disse, pela exploração colonial.

As relações portuguesas sobre naufrágios (incluindo várias sobre ataques de indiferença do Rei D. Manuel I, que só mandou intervir as tropas quando um dos seus lugares-tenente judeu foi assassinado pela população fanatizada por dois frades dominicanos.

corsários) podem ser vistas, simultaneamente, como um indício e uma metáfora da situação de crise que Portugal atravessava. Enquanto as grandes crónicas de Damião de Góis ou João de Barros glorificavam a empresa dos Descobrimentos⁵, as relações de naufrágios, num tom mais jornalístico e verdadeiro, mostram a falta de preparação técnica dos navegantes, a fragilidade das naus, negligentemente preparadas e equipadas, e a cupidez dos comerciantes e funcionários, apostados num rápido enriquecimento, sem pesar as possíveis, e funestas, consequências.

As relações de naufrágios são todas monotemáticas, a exemplo das primeiras folhas ocasionais, e tiveram bastante sucesso, documentando a avidez do público por “reportagens”, como o comprovam as sucessivas edições, reedições⁶ e mesmo contrafacções de relações, levadas a cabo até ao século XVIII. O decréscimo da procura das relações monotemáticas portuguesas que se nota a partir do final do século XVIII coincide, aliás, com a consolidação do jornalismo periódico português, que acabou por retirar às folhas noticiosas volantes uma grande dose de interesse⁷.

2 Cronologia e apresentação das relações de naufrágios do século XVI

Lanciani (1979: 4-5) explica que há vários problemas no estudo das relações de naufrágios quinhentistas e seiscentistas, como sendo a cronologia da publicação dessas relações, a cronologia das várias edições existentes, a distinção entre as edições fiéis e infieis ao original e mesmo a definição da autoria. Assim, ainda hoje não se sabe com exactidão qual das relações de naufrágios que se conservam foi a primeira a surgir em Portugal. Lanciani (1979) defende a primazia da *Relação*⁸ *da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, eventualmente impressa em Lisboa, entre 1555 e 1556⁹, havendo mesmo uma reprodução do frontispício (sem

⁵ O que já não acontecia, por exemplo, em *Soldado Prático*, de Diogo do Couto, o outro grande cronista português da época.

⁶ O investimento em reedições, em alternativa a uma nova obra, tinha a vantagem de evitar os complicados trâmites burocráticos da censura prévia e da obtenção de licença de impressão.

⁷ Ainda assim, no século XIX encontram-se exemplos tardios de “reportagens” de naufrágios difundidas como folhas ocasionais. Por exemplo, em Portugal fizeram-se três edições do relato do naufrágio do *Porto*, um dos navios que fazia a carreira Porto-Lisboa, na traiçoeira Foz do Douro (Porto, Portugal), a 29 de Março de 1852. É de realçar, aliás, que nunca se perdeu a ideia de lançar reportagens em livro, que está na base do sucesso das folhas noticiosas volantes. Pelo contrário, continuam a lançar-se anualmente vários livros-reportagem sobre determinados acontecimentos de grande envergadura, alguns deles escritos em tom pessoal.

⁸ Originalmente, o título era “História” e não “Relação”. Optámos, no entanto, por manter a designação que consta da *História Trágico-Marítima*, onde recolhemos os textos analisados neste trabalho.

⁹ O frontispício da primeira edição, embora sem inclusão da data de edição, está reproduzido no *Dicionário Bibliográfico Português*, de Silva, Brito e Brito (edição original de 1735/1736). Por

indicação da data de edição) feita no *Dicionário Bibliográfico Português* de Silva, Brito e Brito. Dessa relação, aliás, conserva-se uma segunda edição, de 1564, e edições posteriores, de 1592, 1614 e 1633, tendo sido, finalmente, incluída na *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito, em 1735. Há que realçar, no entanto, que Carlos Passos (1928) refere folhas ocasionais portuguesas de 1527, talvez mesmo anteriores, sobre o naufrágio de várias naus (São Pedro, São Sebastião, Santo António e Conceição).

Tengarrinha (1989: 29), contra a opinião de Lanciani, afirma que a primeira folha ocasional portuguesa foi a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, hipoteticamente impressa em Lisboa, também em 1556. Lanciani (1979: 22-23), citando Boxer, explica, porém, que a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição* poderá ser de cerca de 1620, pois nela são referidas obras de 1613 (*Crónica de Dom João III*, de Francisco de Andrade) e de 1616 (*Década VII*, de Diogo do Couto). Se assim é, deverá ser atribuída à *Relação da Perda do Galeão São João* a qualidade de mais antiga relação portuguesa, entre todas aquelas, monotemáticas ou pluritemáticas, de que se conservam registos documentais. No entanto, há que dizer que o objectivo deste trabalho não é estabelecer uma cronologia da edição das relações de naufrágios, mas sim analisar a sua estrutura e a sua função jornalística, pelo que essa polémica é marginal à pesquisa. De qualquer modo, para circunscrição do objecto de estudo, é preciso dizer que aceitámos a cronologia proposta por Lanciani (1979), pelo que se estudaram as relações de naufrágios do século XVI de que há registo e que foram catalogadas como sendo desse século por essa autora¹⁰, conforme coligidas na *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito:

1. *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*

Segundo Lanciani (1979: 11), esta relação, cujo autor permanece no anonimato, é a mais antiga entre aquelas de que chegaram registos até nós. Conserva-se uma segunda edição de 1564, embora a primeira edição seja, presumivelmente, de 1555, ano em que, segundo a referida autora, se soube do naufrágio

outro lado, o autor diz no texto que a história lhe foi contada em Moçambique, em 1554, pelo que a edição da *História da Perda do Galeão São João* não deve ter ocorrido muito mais tarde.

¹⁰ O que excluiu o estudo da *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, apesar de Tengarrinha (1989) defender que a mesma é do século XVI. De qualquer modo, como a perspectiva de análise é essencialmente a das Ciências da Comunicação e não a da historiografia, estamos convictos de que esse facto não afecta o objectivo central deste trabalho.

da nau São João em Lisboa. Aliás, o próprio autor diz que se encontrou com a fonte da história em 1554.

O autor desta relação refere-se ao naufrágio da nau São Bento, objecto da relação seguinte.

É possível que tenha havido tempo para o naufrágio da São Bento se conhecer e ser referenciado no relato imediatamente antes da publicação, embora os naufragos da nau São Bento só tenham chegado a Moçambique em 1555. No entanto, pode sempre colocar-se a hipótese de o autor da *Relação do Galeão São João* ter sabido do naufrágio da nau São Bento pela respectiva relação, o que tornaria a *Relação da São Bento* mais antiga. Também é possível que a referência ao naufrágio da São Bento tenha sido incluída apenas na segunda edição da *Relação da Perda do Galeão São João*. De qualquer maneira, questões como esta provam que é muito difícil estabelecer a cronologia das relações.

A *Relação da Perda do Galeão São João* terá sido, originalmente, publicada sob a forma de um pequeno livro, com cerca de 20 páginas de 15 x 20 cm, dados que se podem inferir pela extensão do relato, pela tradição portuguesa de impressão e ainda pela reprodução do frontispício, feita no *Dicionário Bibliográfico Português* de Silva, Brito e Brito.

2. [*Naufrágio da Nau São Bento*] *Relação Sumária da Viagem que Fez Fernão d'Álvares Cabral Desde Que Partiu Deste Reino por Capitão-Mor da Armada que Foi no Ano de 1553 às Partes da Índia Até Que Se Perdeu no Cabo da Boa Esperança no Ano de 1554, Escrita por Manuel de Mesquita Perestrelo, Que Se Achou no Dito Naufrágio*¹¹

Esta relação, escrita, conforme enunciado no título, por Manuel da Mesquita Perestrelo, foi impressa pela primeira vez em 1564, sob a forma de um pequeno livro, com cerca de 80 páginas (40 folhas). Nesta relação relembra-se o naufrágio do galeão São João, pelo que a notícia deste desastre deve ter tido alguma repercussão na época.

3. *Relação da Viagem e Naufrágio da Nau São Paulo que Foi para a Índia no Ano de 1560. De que Era Capitão Rui de Melo da Câmara, Mestre João Luís e Piloto António Dias, Escrita por Henrique Dias, Criado do Sr. D. António Prior do Crato*¹²

¹¹ O título original, segundo Lanciani (1979: 11), inicia-se por Naufrágio da Nau São Bento, que optámos por colocar entre parênteses. Além disso, o título original não inclui a palavra “relação”, começando por “Sumário da Viagem...”. Finalmente, na primeira edição, apesar de o autor se identificar no título, não indica que foi um dos naufragos da nau São Bento.

¹² O título inserido na *História Trágico-Marítima*, acima registado, também não coincide totalmente com o título da primeira edição que se conserva. O título original era “Nau São Paulo. Viagem e Naufrágio da Nau São Paulo que Foi para a Índia no Ano de 1560. Capitão: Rui de Melo da Câmara, Mestre João Luís, Piloto António Dias.

Conforme o título, o autor desta relação, cuja primeira edição é de 1565, é Henrique Dias, “criado do Senhor D. António Prior do Crato”, que se indica a si mesmo, no texto, “homem de crédito, que viu e passou tudo isto”. O texto inserido na *História Trágico-Marítima*, fonte para este trabalho, é mais extenso do que o da edição original, mas provavelmente é do mesmo autor (Boxer, *cit. in* Lanciani, 1979: 12), tendo permanecido inédito desde a primeira edição até ao século XVIII.

Ao contrário do que sucede nas anteriores (São Bento e São João), nesta relação o naufrágio dá-se na viagem de ida de Portugal para a Índia e ocorre em Sumatra, não em África.

Nesta relação são referidos os casos de naufrágios anteriores, como o da nau São Bento, cujo relato já tinha sido publicado, e o da nau Algaravia, ocorrido em 1555. Aqui coloca-se a questão: como sabia o autor do naufrágio da Algaravia? Teria sido apenas pela transmissão oral da notícia, ou teria, como defende Tengarrinha (1989: 29), havido uma edição da relação do naufrágio desta nau em 1556, apesar de a edição com existência documentada poder ser apenas de cerca de 1620, como defende Lanciani (1979: 22-23), citando Boxer?

Algumas das relações de naufrágios chegaram até nós sem grandes alterações. Porém, como explica Lanciani (1979), outras relações sofreram várias alterações no texto, sobretudo aquando da sua inclusão na *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito (1735/1736). Como esta obra foi a nossa principal fonte para a elaboração do presente estudo, podem existir algumas diferenças entre o que teria sido o texto original das relações e o texto consultado e citado. Essas eventuais diferenças, todavia, não comprometem o objectivo da pesquisa.

Curiosamente, as folhas ocasionais impressas coexistiram com as manuscritas, pois a mais antiga relação ocasional manuscrita portuguesa que se conserva na Biblioteca Nacional data de 19 de Outubro de 1588, surgindo com o título *Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*¹³. Nela, em duas folhas, narra-se a destruição da Armada Invencível, reunida pelo soberano espanhol para invadir a Grã-Bretanha. Assim sendo, há a considerar que, quanto ao método de fixação da informação no suporte, havia dois tipos de folhas ocasionais coexistentes, pelo menos até ao final do século XVI e mesmo mais tarde: as impressas e as manuscritas. Esta última relação, contudo, não fez parte do *corpus* da presente pesquisa, pois o seu tema central não é um naufrágio, mas sim a derrota de toda uma armada pelas intempéries e pelos navios dos britânicos e dos seus aliados.

¹³ BNL, Ms. Caixa 2, n.º 28.

3 Análise das relações

3.1 As intenções dos autores

A ideia primeira dos autores das relações, conforme eles próprios normalmente enunciam, é contar aos leitores histórias verídicas, não ficcionais, assentes na narração de factos, o que apela ao valor jornalístico da verdade. Podemos constatá-lo pelos excertos textuais incluídos no quadro 1, que dão conta quer das intenções referidas pelos autores, quer da rede de factos interligados em torno da qual se construíram os relatos.

Quadro 1

Intenções dos autores reveladas discursivamente: intenção de verdade e rede de factualidade

| | São João | São Bento | São Paulo |
|-----------------------------|---|--|---|
| Intenção de verdade | A intenção de verdade não é directamente enunciada pelo autor, mas infere-se da factualidade do relato. | “com comum estilo, direi o que alcancei na experiência de meus trabalhos, sem acrescentar nem diminuir a verdade do que se me oferece a contar.” “recolhendo-me a meu propósito, que é escrever somente a verdade do que toca aos acontecimentos desta história”. | “[relatarei o sucedido] usando de toda a verdade que me assiste” |
| Rede de factualidade | “Partiu neste galeão Manuel de Sousa (...) de Cochim, a 3 de Fevereiro do ano de cinquenta e dois [1552]”. | “Aparelhados assim todos estes capitães (...), partiram do porto (...) de Lisboa, em domingo de Ramos, 24 de Março do dito ano [1553]”. | “e deitámo-nos de mar em fora, com um vento Nordeste” |
| | “E sendo já em 11 de Março, eram Nordeste-Sudoeste com o Cabo da Boa Esperança, 25 léguas ao mar, aí lhe deu o vento Oeste e Oeste-Noroeste, com muitos fuzis.” | “houvemos vista da terra (...), a qual, segundo a altura de trinta e três graus que tomámos, devia ser a ponta do Cabo do Recife”. | “aos 27 do mesmo mês vimos a Deserta e a ilha da Madeira” |
| | “Desde que se viram sem mastro, sem leme e sem velas, ficou-lhes a nau lançada no bordo de terra”. | “Faleceram também Nicolau de Sousa Pereira, Gaspar de Sousa, Álvaro Barreto, Gaspar Luís (...) e outros homens do mar e passageiros.” | “e a cinco de Maio nos alargou o vento, que era Oeste e Oes-Sudoeste” |

| | São João | São Bento | São Paulo |
|--|--|---|---|
| | “Na nau ficaram (...) quinhentas pessoas, a saber: duzentos portugueses e os demais escravos. (...) Morreram em se lançando [ao mar] mais de quarenta portugueses e setenta escravos”. | “A este tempo andava o mar todo coalhado de caixas, lanças, pipas (...) que (...) o naufrágio fez aparecer; e andando tudo assim baralhado com a gente, de que a maior parte ia nadando à terra”. | “Ao primeiro de Novembro, tomado o sol, ficaram todos os que o tomaram em trinta e seis graus” |
| | “Desta praia onde se perderam, em 31 graus, aos 7 de Julho de cinquenta e dois [1552], começaram a caminhar (...)” | “porque depois que ali estávamos não comíamos senão cocos; e foi tão pouco o que saiu à costa (...) que somente se pôde juntar uma pipa de biscoito e (...) um fardo de arroz, com alguns taçalhos de carne”. | “À uma hora da noite nos deu de súbito um pé de vento, que nos vimos em assaz perigo, por meter a nau um bordo tanto debaixo de água, que chegou a lhe meter parte do cabrestante que vai no convés.” |
| | “Havia cinco dias que caminhavam para o segundo rio e teriam andado vinte léguas quando chegaram ao rio do meio”. | “Ao outro dia pela manhã, da banda d’além do Rio do Infante, apareceram certos cafres que andavam ao longo da praia queimando alguns pedaços da nau que o mar lançava, para lhes tirar os pregos.” | “e depois do sol tomado em quarenta graus e meio, mandou o piloto governar ao Sueste, por causa de nordeastear as agulhas uma quarta e meia” |
| | “Os homens que escaparam (...) seriam até oito portugueses e catorze escravos e três escravas”. | “caminhámos dois dias, no fim dos quais chegámos à barra da Pescaria, que está em 28 graus e três quartos, a qual entra perto de duas léguas pela terra dentro (...) e ali achámos dois escravos que foram de Manuel de Sousa”. | “Aos 15 deste mês, sendo em catorze graus e meio (...) havemos vista de terra, que era a da ponta do Cabo da Boa Esperança”. |
| | | “em altura de trinta graus, topámos um rio que não está posto nas cartas, o qual conquanto não tem muita largura, é dos mais alcantilados daquela costa e por que maiores navios podem entrar”. | |

Os autores das relações, por vezes, mergulham na narrativa para formular juízos morais ou fazer reflexões e relatos dos estados de ânimo, ou ainda para evocar assuntos e recordações por vezes alheios ao fio condutor da narrativa, retardando o desenvolvimento da acção, seguindo uma modalidade de relato e de tradição literária afastada das práticas dominantes do jornalismo actual, mas perfeitamente em consonância com a cultura da época e os cânones da crónica tardo-medieval. O recurso ao discurso indirecto é corrente. Porém, também fazem análises¹⁴ às situações, conforme poderíamos ter numa reportagem contemporânea. É o que podemos observar no quadro comparativo seguinte (quadro 2).

Quadro 2
Exemplos de imersão dos autores na narrativa

| | São João | São Bento | São Paulo |
|---------------------------|--|---|---|
| Exemplo de análise | “e ainda que a nau levava pouca pimenta, nem por isso deixou de ir muito carregada de outras mercadorias, no que se havia de ter muito cuidado pelo grande risco que correm as naus muito carregadas”. | “a qual [nau São Bento] fazia tanta vantagem a todas as outras em grandeza, fortaleza e bondade, que daqui se veio a principiar a maior parte da desventura que depois sucedeu; porque estas suspeitas carregavam tanto as partes e fazendas sobre ela, que os oficiais a quem a emenda disto cumpria se não sabiam dar a conselho (...). (...) além de vir por baixo das cobertas toda maciça com fazendas, trazia no convés setenta e duas caixas de marca e cinco pipas de água a cavalete (...) que a altura destas coisas igualava o convés com castelos e chapitéu; o que, ajuntando com a fúria do temporal (...) fez sofrer a nau (...) que ficando muitas vezes afogada nos mares, eles entravam sem resistência”. | “quem vier do Brasil há-de vir pôr-se em mais altura do que estiver o porto que demandar; e isto vindo até todo o Agosto, porque até este tempo reinam os ventos Suestes e Leste-Suestes, e é bom ficar bem a barlavento para a parte do Sul. E vindo do fim de Agosto por diante, então se pode pôr na altura do porto que vem buscar e correr por ela e ficar ainda a sulavento se quiser, porque então cursam os Nordeste e Nor-Nordestes; assim pode ficar em menos altura. E esta foi a causa por que, com ventos frescos e galernos, pusemos vinte dias depois de dobrar a Linha até o Brasil, e por nos pormos em mais altura e estarmos muito amarrados corremos alguns dias a demandar terra.” |

¹⁴ A análise assenta em factos.

| | São João | São Bento | São Paulo |
|---------------------------------------|--|--|--|
| Exemplo de reflexão e/ou juízo | <p>“Parece verdadeiramente que a graça de Nosso Senhor supria aqui; porque sem ela não pudera uma mulher tão fraca, e tão pouco acostumada a trabalhos, andar tão compridos e ásperos caminhos”.</p> <hr/> <p>“Em verdade, que não sei quem por isto passe sem grande lástima e tristeza. Ver uma mulher tão nobre, filha e mulher de fidalgos tão honrados, tão maltratada e com tão pouca cortesia.”</p> | <p>“navegámos até aos 23 dias do mês de Março, em que nosso Senhor foi servido levar desta vida a Pedro Sobrinho de Mesquita, meu pai, estando guardada aquela fria e inquieta sepultura aos cansados setenta anos, depois de tantos trabalhos por mar e por terra, como tinha levado nas partes da Índia, onde servindo gastara o mais da sua idade (...), cuja morte eu não lamento como perda de tal pai e companheiro de tantos anos e tão diversos acontecimentos, porque sucedeu depois o tempo de maneira que, chamando-lhe muitas vezes bem-aventurado, não cessava de dar graças a Nosso Senhor, que não o quis guardar para tantos males, e o levou em tempo que não viu a destruição de seus amigos e familiares”</p> | <p>“E ao outro dia nos achámos em oito graus (...) ao mar da costa da Guiné, onde tiveram princípio nossos trabalhos e se começaram a cumprir em nós o prognóstico e juízo das regateiras de Lisboa (...) de que se não lembra nem lança mão o homem senão quando se vê revolto e carregado de misérias e trabalhos; e então nas adversidades percorre no pensamento todas as coisas que podem ser causa de suas fortunas, sem advertir que assim o merecem os seus pecados e o quer assim a vontade divina, a que se não pode nem se há-de resistir.”</p> |

As relações de naufrágios aqui estudadas contam-nos histórias com fundo moral, que questionam a vantagem de se tentar enriquecer desafiando perigos enormes que podem levar à perda da própria vida, da vida dos familiares e dos bens. No entanto, elas não beliscam a hierarquia social, tendo uma dimensão ideológica favorecedora do *statu quo*. A responsabilidade pelo que sucede é sempre pessoal, não do sistema e muito menos do Rei, de quem, inclusivamente, os autores Henrique Dias (São Paulo) e Manuel de Mesquita Perestrelo (São Bento) se declaram súbditos e servidores (quadro 3).

Quadro 3
Excertos demonstrativos da fidelidade dos autores ao Rei de Portugal

| São Bento | São Paulo |
|---|---|
| “Havendo por seu serviço o muito católico e excelente príncipe El-Rei Dom João o III, Nosso Senhor, que Deus tem em glória” | “Eu por servir a Deus e a El-Rei Nosso Senhor todo o tempo de nossa viagem” |
| | “tive na corte, servindo a El-Rei Nosso Senhor, que em glória está” |
| | “perdoe Deus a quem engana em casos de tanta consciência à Pessoa Real” |
| | “perdoe Deus a quem assim enganou a Majestade Real |

Os autores das relações, por vezes, gostavam de mostrar a sua erudição e eloquência. Os textos eram os palcos para alguns autores brilharem, como o fez Henrique Dias, autor da *Relação do Naufrágio da Nau São Paulo*, que enxameia a narrativa de excertos latinos, bíblicos e outros, conforme podemos ler no quadro 4.

Quadro 4
Manifestações de erudição do autor da *Relação do Naufrágio da Nau São Paulo*

| São Paulo |
|--|
| “dizer sempre, com o sapientíssimo Job: ‘por muitos males que venham, sempre o Nome do Senhor seja louvado e exaltado’.” |
| “já que as coisas compridas, como afirma o poeta, costumam ser desprezadas e lidas em pouco, e agradar as breves” |
| “por me não dizerem o que o excelente pintor Apeles disse ao sapateiro atrevido (...): ‘o sapateiro com o sapato, e o barqueiro com a barca’.” |
| “como diz Ovídio, ter companheiros em suas dores e penas”. |
| “se podia dizer (...): <i>Marte undique et undique coelum</i> ”. |
| “pois <i>stat sua enique dies breve et inexorable</i> .” |

O facto de apenas se ter detectado a ambição do brilho pessoal no autor na *Relação do Naufrágio da Nau São Paulo* mostra, apesar de tudo, que possivelmente a maioria dos autores de relações procuravam anular-se, para deixar a narrativa viver dos factos e da informação, uma atitude muito jornalística. No entanto, como vimos no quadro 2, por vezes os autores também imergem na narrativa para tecer considerações pessoais sobre os factos e as pessoas, retardando a acção e imprimindo

a sua visão do mundo ao texto. Noutro exemplo, Henrique Dias (S. Paulo) escreveu o seguinte sobre os marinheiros: “São os homens do mar muito semelhantes às mulheres nos tempos de seus partos, em suas muito estranhas e grandíssimas dores, que juram, se daquela escapam, não terem mais cópula nem ajuntamento nunca com varão. Assim nestes perigos evidentes, e de tanto temor e espanto, qual há aí que não jure e prometa de outra nunca tal lhe acontecer ou em outra tal se achar? O que passado, passou-se e acabou-se a memória de tudo, e tudo são folias, pandeiros e zombarias.” Este último excerto mostra, aliás, que apesar da intenção de verdade dos escritores e da homogeneidade estrutural que os relatos revelam, os autores das relações eram autónomos na análise e mesmo na edificação de uma linha narrativa, embora estivessem sintonizados nos enquadramentos justificativos dos naufrágios e na postura religiosa.

3.2 Dimensão ideológica nas relações

A noção de hierarquia social é vincada pelo facto de, nas relações, apenas os homens “grandes” serem nomeados pelos nomes e cargos, a que por vezes ainda se adicionam adjetivos honrosos (quadro 5). Os outros diluem-se no anonimato, sendo que os nativos, em acréscimo, tendem a ser apresentados com enquadramentos negativos (ver também o quadro 7), contrastando com a adjectivação positiva com que são catalogados os portugueses, em especial os nobres, apesar destes últimos serem, em alguns casos, alguns dos principais responsáveis pelos naufrágios, já que os capitães eram nomeados pelo Rei não pela sua competência náutica, mas por linhagem ou por favores que o Rei lhes devia (os autores das relações nunca referem esse dado entre as causas dos desastres). Por outro lado, as histórias das relações são marcadamente masculinas; as mulheres, nas poucas vezes que são referidas, são representadas como seres frágeis e dependentes dos homens, tal como as crianças. O discurso das relações, a este nível global, pode classificar-se como tendo uma dimensão não apenas cultural mas também ideológica, reforçando e legitimando, simbolicamente, as relações sociais de poder e dominação, tal como numerosos estudos indiciam para o jornalismo contemporâneo (ver, por exemplo: Sousa, 2000).

Quadro 5
Exemplos de referência a pessoas nas relações

| | São João | São Bento | São Paulo |
|------------------|--|---|---|
| Elites | Manoel de Sousa (...), fidalgo mui nobre piloto André Vaz oficiais e homens fidalgos (...), Pantaleão de Sá, Tristão de Sousa, Amador de Sousa, Diogo Mendes Dourado (...) António de Sampaio, sobrinho de Lopo Vaz de Sampaio Diogo Mendes Dourado (...), valente cavaleiro D. Leonor (...) mulher tão nobre, filha e mulher de fidalgos (...) honrados Rei cafre, reizinho | El-Rei D. João o III D. Afonso de Noronha, que então governava a Índia capitães [das naus] D. Manuel de Menezes, na nau Santo António (...); Rui Pereira da Câmara, na nau Santa Maria da Barca... nau São Bento, de Fernão d'Álvares Cabral Faleceram também Nicolau de Sousa Pereira, Gaspar de Sousa (...) Duarte Gonçalves, arcediogo da Sé de Goa, e outros homens importantes Rei cafre | capitão-mor D. Jorge de Sousa Governador, Bispo, Vedor da Fazenda, Provedor-Mor del Rei Nosso Senhor Diogo Pereira de Vasconcelos, um fidalgo Majestade Real padre Manuel Alves capitão Rui Melo da Câmara reis assaz poderosos fidalgos (...) Rui de Melo |
| Os outros | cafres, gente, portugueses, escravos, negros, cafraria, os outros [por vezes com estimativa de números] | cafres, gente, portugueses, escravos, negros, cafraria, os outros [por vezes com estimativa de números] | cafres, gente, portugueses, escravos, negros, cafraria, os outros [por vezes com estimativa de números], naturais da terra, bárbaros, homem, menina |

Os enquadramentos das narrativas são, sem excepção, profundamente religiosos, evocando repetidamente o fatalismo cristão, como podemos observar por alguns excertos inseridos no quadro 6, entre os muitos que poderiam ser seleccionados. Diga-se, aliás, que os portugueses se viam a si mesmos mensageiros do Cristianismo, assumindo uma ideologia assente no que criam ser a sua missão civilizadora e evangelizadora. Por um lado, os autores perspectivam uma intervenção directa e constante de Deus sobre o destino dos náufragos; por outro lado, o relato é configurado de maneira a evidenciar-se o pecado (avidez), o castigo divino, o arrependimento e a peregrinação para a expiação do pecado. Mas o perdão (divino, por suposto) só é concedido a alguns, os que se salvam, que nem sempre são os protagonistas principais das histórias. Por exemplo, na *Relação da Perda do Galeão São João*, Manuel de Sousa de Sepúlveda e sua família morrem e o mesmo acontece a Fernão d'Álvares Cabral, na *Relação do Naufrágio da Nau São Bento*.

Quadro 6
Exemplos de enquadramento religioso nas três relações: pecado e expiação

| São João | São Bento | São Paulo |
|---|---|---|
| “[contar a história deste naufrágio serve] para os homens muito temerem os castigos do Senhor e serem bons cristãos, trazendo o temor de Deus diante dos olhos” | “Nossa Senhora foi servida abonançar aquele tempo (...) e ainda nos ficava a misericórdia de Nosso Senhor, mediante a qual poderia ser não se ir a nau naquela noite ao fundo”. | “Mas parece que era assim a vontade divina e se chegava a hora e desventura de nosso naufrágio e perdição”. |
| “história que daria aviso e bom exemplo (...) para que os homens que andam pelo mar se encomendem continuamente a Deus e Nossa Senhora.” | “como homens que esperávamos antes de poucas horas dar conta a Nosso Senhor de nossas bem ou mal gastadas vidas” | “Nosso Senhor nos salvou milagrosamente”. |
| “nau (...) que por milagre de Deus se sustentava sobre o mar” | “[a nau ter encalhado num ilhéu foi] outra mercê de Nosso Senhor” | “Parece queria Nosso Senhor salvar alguns inocentes que nesta nau vinham, por não perecerem no mar de todo à fome”. |
| “porque queria Deus que a água lhes servisse de mantimento” | “tudo (...) estava cheio de (...) coisas preciosas, jazendo muitas delas ao lado dos seus donos, a quem não somente não puderam valer na presente necessidade, mas ainda a alguns, de <i>quem eram sobejamente amadas na vida, com seu peso foram causa da morte; (...) e (...) bastava a memória daquele passo para não ser a pobreza havida por tamanho mal, que por lhe fugir deixemos a Deus e o próximo, pais, irmãos, amigos, mulheres e filhos, e troquemos tantos gostos e inquietações pelos sobejos que cá ficam.</i> ” | “Assim <i>ficou tudo no ar e castigou Deus nossos pecados</i> , e atalhou nossos pensamentos, por serem estes contrários em tudo à sua Divina vontade”. |
| “e se neste tempo fora vivo Manuel de Sousa, também fora resgatado, mas parece que foi assim melhor para a sua alma, pois Nosso Senhor foi servido” | “Preza a Nosso Senhor, por cuja alta bondade destas coisas escapámos, tomar-nos o passado por penitência de nossas vidas e alumiar-nos da sua graça para que adiante vivamos de maneira que lhe mereçamos depois dos dias da vida que ele for servido, darnos para a alma parte em Sua glória”. | “E na verdade quem bem quiser olhar, ninguém se espantará destes trabalhos, que para eles nasceu o homem, como diz o Santo Job; e muito mais merecem os homens por seus pecados (...), a todas estas misérias e a muito mais se oferece quem navega (...), e <i>antes com menos da terra do que atravessar o mar por coisas tão transitórias e de pouca dura.</i> ” |

É de dizer, também, que a crise portuguesa do final do século XVI ecoa indiretamente nos relatos. Manuel de Sousa de Sepúlveda (São João), por exemplo, é a metáfora do comerciante português da época, empreendedor e corajoso, mas egoísta e cobiçoso, apostado no rápido enriquecimento a qualquer custo, sobrecarregando a nau e aceitando empreender viagem já fora da época aconselhada, tanto quanto a negligenciada nau é a metáfora de um país em crise e o relato do naufrágio simboliza, de certa forma, um inconsciente colectivo povoado de medos e incertezas. É também a cobiça, aliás, que leva a Fernão d'Álvares Cabral deixar sobrecarregar a nau São Bento, causa primeira da sua perdição, como nos relembra o autor da relação do seu naufrágio, Manuel de Mesquita Perestrelo.

Ainda no que respeita aos enquadramentos definidores do mundo sugeridos pelas relações estudadas, é também interessante atentar na forma como é construída a imagem dos nativos com os quais os portugueses se cruzavam. A referência aos nativos tende a fazer-se sempre vincando a oposição nós (portugueses, superiores)/eles (nativos, inferiores, incivilizados), como se tenta documentar com alguns excertos inseridos no quadro 7 e pela forma diferente de tratamento das pessoas, de que se encontram exemplos no quadro 5.

Quadro 7
Imagem dos nativos nas três relações

| São João | São Bento | São Paulo |
|---|--|--|
| <p>“Porque Manuel de Sousa (...) foi acabar sua vida, e de sua mulher e filhos, (...) entre os cafres”.</p> <hr/> <p>“[não vale a pena salvar as mercadorias] por causa dos cafres, que os haviam de roubar”</p> <hr/> <p>“espantados [por ver os brancos] se tornaram a ir”.</p> <hr/> <p>“os negros fugiram [das suas casas] com medo [dos portugueses]”.</p> <hr/> <p>“[os portugueses] tinham já pelejado algumas vezes, mas sempre os cafres levaram a pior”</p> <hr/> <p>“não há dúvida senão que em todas as nações há maus e bons”.</p> <hr/> <p>“este rei cafre apertou muito com Manuel de Sousa (...) dizendo-lhe que tinha guerra com outro rei (...) e queria sua ajuda”.</p> <hr/> <p>“tanto que os cafres viram os portugueses sem armas, como já tinham concertada a traição, começaram logo a apartar e roubar, e os levaram por esses matos cada um como lhe cabia a sorte. E acabando de chegarem aos lugares, os levavam já despídos, sem lhes deixar sobre si coisa alguma, e com muita pancada os lançaram fora das aldeias.”</p> | <p>“ali perto estavam sete ou oito homens (...) mas eles, havendo medo, fugiram”</p> <hr/> <p>“cem cafres com muitos paus tostados nas mãos, que estas são as suas principais armas, e algumas azagaias com ferro.”</p> <hr/> <p>“gente da terra, de (...) má inclinação e fé pouca”</p> <hr/> <p>“caminhámos (...) levando sempre cafres após de nós, que sem ousarem acometer-nos iam esperando alguns cansados ou desmandados [para os atacarem, matarem e roubarem]”</p> <hr/> <p>“certos cafres (...) nos mostraram uns bolos feitos de n-charre (...) dizendo que os venderiam se lhes déssemos ferro”</p> <hr/> <p>“tivemos com eles uma arriscada briga (...) muitas vezes assaz duvidosa a cada uma das partes, mas por derradeiro, nos fez Nosso Senhor mercê que, arrancando-os de todo, os fizemos recolher a um outeiro”.</p> <hr/> <p>“entregues aos cafres, em quem acharíamos menos piedade que em todos os tigres e Hircânia”.</p> <hr/> <p>“Por aqui caminhámos cinco dias, levando sempre cafres atrás de nós, que sem ousarem acometerem-nos iam esperando alguns cansados ou desmandados [para os atacar, roubar e matar].”</p> | <p>“os naturais da terra [Brasil] são por extremo bárbaros, assim no comer carne humana como em toda a razão e bons costumes, e fora de toda a vida política da outra gente, o que eu creio causa mais a sua muita rudeza e simplicidade que outra nenhuma maldade, refohos, crueldade ou enganos que neles haja. Em uma só coisa guardam justiça: que quem mata, hão-de matar da maneira que matou, e se o malfeitor se acolhe a outros, e o não tornam e entregam para dele se fazer justiça, tanta guerra se hão-de fazer, ainda que se matem e comam todos uns aos outros, até que achem o delinquente e seja punido de seu erro e pecado. Lei estabelecida entre eles é casarem os tios com as sobrinhas, e estas serem suas naturais mulheres; e os irmãos têm poder nas irmãs, e as trocam, vendem e escambam em suas necessidades, o que nem pais nem as mães podem fazer em nenhum modo sem licença e consentimento dos filhos. Sentem muito os seus mortos e fazem por eles grandes prantos que duram vários dias. Dos seus muitos abusos e ridículos costumes, direi um só. Quando as mulheres parem (...) vão fazer o que lhes é necessário (...); o marido se deita na rede (...) e aí é visitado muitos dias por seus amigos e parentes, que festejam a sua arte (...).”</p> <hr/> <p>“há entre alguma gente desta ilha (...) uns a que chamam lampões, que comem carne humana, como os tapuias do Brasil, aos quais se parecem nos corpos, cores e feições”</p> |

| São João | São Bento | São Paulo |
|---|--|--|
| “[os negros] puseram a Pantaleão de Sá em um altar e [veneraram-no] como divindade (...)” | “uma povoação, da qual todos os que puderam eram fugidos [com medo dos portugueses]” | <p>“Todos os outros moradores da ilha são homens muito polidos e bem tratados, e de muito boa razão”.</p> <hr/> <p>“esta era muito má gente e de que se não podia fiar nada (...) e nos mataram e comeram alguns homens”</p> <hr/> <p>“Com este descuido, confiança e fingida amizade nos negros não atentámos em muitas almadias que nestes quatro ou cinco dias (...) eles urdiram e determinaram nossa destruição”.</p> |

Nas passagens inseridas no quadro 7, vislumbra-se a imagem que os portugueses tinham dos negros africanos (São João e São Bento) e dos nativos brasileiros e malaios (São Paulo). Embora, como escreveu o autor anónimo da *Relação da Perda do Galeão São João*, entre todos os povos, incluindo os portugueses, haja boas e más pessoas, a ideia central construída pelos textos é a de que seria desditoso morrer “entre os cafres” (São João), pois os portugueses sentiam-se, nitidamente, superiores, e também, naturalmente, prefeririam morrer entre os seus. De qualquer modo, o encontro entre nativos e portugueses era dominado pelo medo e pela perplexidade de parte a parte, sendo frequente a fuga dos nativos.

Os nativos são vistos como potenciais ladrões e alguns deles são apresentados como traiçoeiros e mentirosos, enganando os portugueses com amáveis palavras para, ganhando a sua confiança, os ataquem e roubarem (São João, São Bento, São Paulo). Os nativos brasileiros e malaios são especificamente vistos como bárbaros antropófagos (São Paulo), apesar de o autor também dizer que na ilha de Sumatra também viviam homens polidos e educados.

Pese embora a imagem negativa dos nativos, é contado que alguns deles acolhem generosamente os náufragos e aceitam comerciar com eles, vendendo-lhes alimento, ou até caçar com eles (São Paulo). Em alguns casos (São João), os nativos, apesar de vistos como belicosos (todas as relações estudadas têm vários relatos de combates entre os náufragos e os nativos), buscavam a aliança com os portugueses, para que estes os ajudassem a vencer conflitos com povos vizinhos. Assim, indirectamente, sobressai do texto a superior capacidade militar dos portugueses.

Realce-se, porém, que a imagem dos náufragos portugueses construída pelas relações também não é muito positiva. Apesar de serem apresentados como lutadores e corajosos, ao empreenderem uma difícil e longa jornada para serem resgatados, os portugueses também são apresentados como seres que dificilmente se adaptam

a um ambiente hostil, que andam rotos, sequiosos e esfomeados, tendo os “cafres (...) nojo da (...) [sua] magreza, imundície e miséria” (São Bento), e que são capazes de se explorarem (por exemplo, vendendo alimentos a preços exorbitantes) e atraindo mutuamente (são várias as histórias de desobediência aos capitães, por exemplo), mesmo quando deviam estar unidos perante a adversidade.

Por outro lado, os portugueses também são retratados como ingénuos, como acontece quando aceitam desarmar-se voluntariamente e entregar as armas aos nativos para que estes lhas guardassem, quando na realidade os negros queriam desarmar os portugueses para mais facilmente os roubarem (São João).

Em determinadas situações os autores vincam que os portugueses descem a um nível inferior ao dos nativos. É o que acontece, em especial, na *Relação do Naufrágio da Nau São Bento*, que relata actos de canibalismo e intenções de canibalismo por parte dos portugueses, embora sempre justificados pela fome: “[quatro portugueses] constringidos da fome, tomaram um cafre que toparam ao longo do mar e, metendo-se com ele em um mato, o esquartejaram e assaram para fornecerem os alforques (...) [Mais tarde, tendo capturado um outro nativo] constringeu a necessidade a muitos serem de parecer que comêssemos a esse cafre e, segundo se já soava, não era a primeira vez que a desventura daquela jornada chegara a alguns a gostarem de carne humana, mas o capitão não quis consentir”.

Por vezes, os autores também destacam a condescendente superioridade moral dos portugueses, como acontece com Manuel de Sepúlveda, que resiste a roubar a vaca dos negros apesar da vontade de o fazer e de o roubo, na óptica do autor da relação, ser justificável, porque Sepúlveda precisava da vaca para alimentar mulher e filhos (e os outros eram apenas cafres, que já tinham aceite trocar a vaca por pregos e depois recuaram na sua decisão): “o capitão lhes não quis tomar a vaca, tendo dela muita necessidade para sua mulher e filhos” (São João). Um outro exemplo da propagada superioridade moral dos portugueses observa-se quando estes chegam a uma povoação onde viviam uns nativos com quem tinham lutado, mas só encontram velhos, pois os outros tinham fugido: “uma povoação, da qual todos os que puderam eram fugidos, e somente ficaram quatro ou cinco velhos (...) [que] esperavam de nós o pago do que tinham merecido, mas (...) com dó de suas velhices nenhum mal lhes quisemos fazer” (São João).

Em alguns casos, os naufragos portugueses são compelidos a servirem os nativos, para assim assegurarem alimento e salvarem as suas vidas: “a vida que neste tempo passávamos era escolher cada um, no lugar onde estava, o cafre que melhor acondicionado lhe parecia, e servi-lo de água e lenha que lhe era necessária” (São Bento). Esta inversão da situação, em que o senhor é o negro e o servo é o branco, acaba por funcionar indirectamente como uma lição de humildade e igualdade.

Alguns portugueses também são apresentados como tão cobiçosos que, apesar de já terem experimentado as agruras de um naufrágio, voltam a embarcar sempre e mais uma vez. Observe-se, por exemplo, o seguinte excerto de texto, dramático, visual, sensacionalista: “Manuel de Castro, irmão de Diogo de Castro mercador, que escapara já a outra vez do naufrágio de Manuel de Sousa, ao qual o pé do

mastro colheu uma perna entre si e o costado da nau que lha quebrou, e arrancou quase toda pela reigada da coxa, fazendo-lha dali para baixo em tantos pedaços, que lhe ficou, de uma grande braça em comprido, com os ossos todos esburgados a uma parte, e tão feitos em rachas, que por muitos lugares lhe iam caindo os tutanos (...) [mas] teve tão bom espírito que não bastou a forma dos mares, que a tantos são quebrara, para que lhe estorvasse sair em terra e ir assim a rasto pelos altos e baixos daquela penedia, até chegar onde a água não alcançava, mas contudo na noite seguinte faleceu.”

A cobiça dos portugueses é enfatizada pelo facto de estes não aprenderem com as lições de naufrágios passados. As causas para esses desastres são referidas pelas relações: sobrecarga das naus, equipamento deficiente e sem manutenção, viagens fora das épocas e das rotas aconselhadas, pilotos mal preparados, etc. No entanto, eram, aparentemente, ignoradas, já que os erros se cometiam uma e outra vez.

3.3 Títulos das relações

Os títulos das três relações estudadas são semelhantes na forma. Todos indicam que os relatos se referem ao naufrágio de determinadas naus¹⁵. Todos têm um tom bastante actual, no sentido de que antecipam o mais importante da informação, tal e qual os manuais de jornalismo contemporâneos aconselham a fazer. Todos tentam responder a pelo menos algumas das perguntas que a retórica clássica enunciava como sendo essenciais para transmissão de novidades, que já Tobias Peucer recordava, em 1690, e que o jornalismo contemporâneo recuperou como sendo as perguntas “Quem?”, “O Quê?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?” e “Porquê?”. De facto, os títulos das relações aqui estudadas podem não ter a brevidade e o carácter incisivo e selectivo dos títulos jornalísticos contemporâneos, mas o essencial está lá, como poderemos ver pelo quadro 8:

¹⁵ No caso da *Relação da Armada*, a menção ao navio naufragado surge no título da primeira edição.

Quadro 8
Regras retóricas da narração de novidades e sua aplicação nos títulos das relações

| Regra retórica e jornalística da enunciação de novidades | Exemplos |
|---|--|
| Mencionar o objecto (o acontecimento) | - Naufrágio do galeão São João e consequências nefastas para principais sobreviventes - Viagem e naufrágio da nau São Bento - Viagem e naufrágio da nau São Paulo |
| Referir os sujeitos da acção | - Manuel de Sousa de Sepúlveda, mulher, filhos e demais gente - Fernão d'Álvares Cabral, Manuel de Mesquita Perestrelo - Capitão Rui de Melo da Câmara, Mestre João Luís e Piloto António Dias |
| Causa | - Não referido |
| Modo | - Não referido |
| Local | - Terra do Natal (São João) - Cabo da Boa Esperança (São Bento) |
| Tempo | - 24 de Junho de 1552 (São João) - 1554 (São Bento) - [1560] |
| Assinatura do autor | - Manuel de Mesquita Perestrelo (São Bento) - Henrique Dias, “criado do Sr. Dom António Prior do Crato” |

A grande extensão dos títulos das três relações permite-lhes funcionar como *lead*¹⁶, ou entrada¹⁷, já que informam o leitor não apenas sobre *o que aconteceu* e *os principais sujeitos da acção*, mas também sobre *quando aconteceu* e, em dois casos (São João e São Bento), *onde aconteceu*, seguindo, como dissemos, os cânones da retórica clássica.

É de referir que, apesar da primeira das relações estudadas (São João) ser anónima, como vimos acima, as duas restantes têm autores definidos, que se “puxam” a si mesmos para o título, conforme, aparentemente, seria usual no século XVI. Corresponderia, hoje, à assinatura do jornalista que redigiu a matéria. Essa estratégia, como veremos, também está relacionada com a assunção de um determinado *ethos* por parte do autor, que procura credibilizar a informação dando “a cara” por ela.

O título completo da *Relação da Perda do Galeão São João* antecipa, ainda, que o capitão da nau e a sua família morreram por causa do naufrágio, informação que, de resto, será várias vezes apresentada ao longo da narrativa, retardando a narração da acção. Entre os títulos das três relações, o título dessa é, assim, o que melhor

¹⁶ Relembre-se que no relato noticioso jornalístico o *lead* é o primeiro parágrafo de uma notícia. Quando esta foi elaborada com base na técnica da pirâmide invertida, o *lead* deve conter a informação mais importante, que usualmente coincide com a resposta a “Quem?”, “O Quê?”, “Quando?” e “Onde?”, por vezes também, ainda que de forma breve, “Como?” e “Porquê?”.

¹⁷ A entrada, também designada *super-lead*, entre outras denominações possíveis é o texto que abre uma matéria, procurando suscitar o interesse do leitor. Normalmente, a entrada redige-se como uma espécie de sumário cativante da peça jornalística.

funciona como uma espécie de *lead* ou entrada. Tendo sido, cronologicamente, o primeiro, também poderá ter funcionado como modelo para os demais.

Embora só o título da primeira das relações (São João) o refira, as três folhas ocasionais aqui apresentadas, como veremos, narram também o que aconteceu aos sobreviventes do naufrágio, parte que constitui, aliás, o foco das narrativas.

3.4 Estrutura das relações

Segundo Lanciani (1979), as relações de naufrágios portuguesas dos séculos XVI e XVII sofreram a influência estrutural de crónicas de viagens medievais, seguindo, assim, cânones retóricos já existentes, tendo, habitual e nomeadamente, as seguintes partes: *exordium*, *proposito*, *narratio*, *conclusio*, centrando-se, porém, na terceira (*narratio*).

3.4.1 A introdução, o *exordium* e o *proposito*

O *exordium* e o *proposito* formam, na retórica clássica, a introdução a um discurso, o espaço apropriado para se explicitar o respectivo tema e finalidade. Por vezes, é no *exordium* e *proposito* que o autor salienta o seu *ethos*, revelado nas suas capacidades e qualidades e nas circunstâncias em que produziu o discurso. A chamada de atenção para o *ethos* do autor tem por objectivo reforçar a sua credibilidade perante a audiência.

O *exordium* e o *proposito*, com ou sem ênfase no *ethos* do autor, são raros nas reportagens jornalísticas contemporâneas. Quando aparecem, não são mais do que um mero recurso estilístico dos jornalistas. Neste ponto, as relações de naufrágios que possuem *exordium* e *proposito* são nitidamente datadas, distinguindo-se da generalidade das reportagens contemporâneas. Porém, das três relações estudadas, só a *Relação da Perda do Galeão São João* tem um *exordium* e um *proposito* bem definidos, ainda que ocupem somente umas breves linhas. As duas restantes têm uma introdução ao tema, mas nenhuma delas possui *exordium* ou *proposito* nitidamente definidos no início do relato. Assim, pode dizer-se que Manuel de Mesquita Perestrelo e Henrique Dias, autores das relações em causa, embora, certamente, sem qualquer intencionalidade, elaboraram narrativas cuja estrutura é mais próxima daquela que actualmente preside às reportagens.

Quadro 9
Exordium e proposito da Relação do Naufrágio do São João

| |
|--|
| São João |
| O autor anuncia que o relato se destina a ensinar os homens a “temerem os castigos do Senhor e serem bons cristãos, trazendo o temor de Deus diante dos olhos, para não quebrar seus mandamentos”. Acrescenta que redigiu o texto por lhe parecer que a história “da morte deste fidalgo [Manuel de Sousa de Sepúlveda], e de toda a sua companhia” serviria de “exemplo a todos (...) para que os homens que andam pelo mar se encomendem continuamente a Deus, e a Nossa Senhora que rogue por todos. Amem.” |

Como se constata pela leitura do quadro 9, o principal propósito do autor da *Relação da Perda do Galeão São João* é alertar os homens, em especial os marinheiros e mercadores, para serem cristãmente rectos, pois na sua profissão correm quotidianamente perigo de morte.

É também no início do relato que os autores das relações aguçam, habilmente, o apetite dos leitores para as histórias que lhes vão contar, como faria qualquer bom repórter actual. Fazem-no, como se ilustra no quadro 10, através de estratégias que ainda hoje se sugerem nos manuais de jornalismo: 1) *Personalização*, lembrando algumas das personagens da acção ou com ela correlacionadas, sempre personagens das elites navegantes e comerciais da época; e 2) *Dramatização*, através da antecipação dos funestos acontecimentos futuros ou da narração de episódios que antecederam a partida e constituíram maus presságios.

É interessante notar, no prólogo à relação do naufrágio da São João, a referência aos negros, os cafres, expostos, estereotipadamente, ao longo da narrativa, como seres inferiores, em contraponto ao carácter civilizado e superior dos portugueses. Se morrer era um infortúnio, morrer afastado de Portugal e, ainda por cima, *na terra dos cafres*, seria, para os portugueses da época, um infortúnio ainda maior. Aliás, essa visão estereotipada dos negros e, também, dos malaios (São Paulo) é constante nas três relações.

Quadro 10
Quadro comparativo das técnicas de dramatização inicial do discurso

| São João | São Bento | São Paulo |
|--|--|---|
| <p>A personalização e dramatização são reforçadas pelo facto de a figura central do relato ser um nobre, uma pessoa das elites da época, piedosa e devota: “Coisa é esta que se conta neste naufrágio para os homens muito temerem os castigos do Senhor e serem bons cristãos. Porque Manuel de Sousa era um fidalgo muito nobre (...) e na Índia gastou em seu tempo mais de cinquenta mil cruzados em dar de comer a muita gente, em boas obras que fez (...); por derradeiro foi acabar sua vida, e de sua mulher e filhos, em tanta lástima e necessidade, entre os cafres, faltando-lhe o comer e beber e vestir”.</p> | <p>A personalização e dramatização assentam na evocação do capitão Fernão d’Álvares Cabral que partiu para as “partes da Índia” a mando de Dom João III, capitaneando uma nau e uma armada, e ainda na evocação do acontecimento central do relato e da morte do capitão: “Dom Manuel de Menezes, na nau Santo António, que ardeu primeiro que partisse (...); Rui Pereira da Câmara, na nau Santa Maria da Barca; D. Paio de Noronha, na nau Santa Maria do Loreto; e Belchior de Sousa, na nau Conceição; e por capitão mor de toda esta armada a Fernão d’Álvares Cabral, fidalgo de muita estimação neste reino, o qual ia na nau S. Bento, de Sua Alteza, a qual era a maior e melhor que então havia na carreira, e levava por piloto Diogo Garcia, o Castelhana, por mestre António Ledo, e por contramestre Francisco Pires, todos homens muito estimados em seus cargos (...). Fernão d’Álvares Cabral varou em terra na boca do Rio do Infante, junto ao Cabo da Boa Esperança, de cuja viagem, naufrágio, desterro e fim, posto que com comum estilo, direi o que alcancei na experiência de meus trabalhos”.</p> | <p>A dramatização inicial do discurso assenta na recordação dos prenúncios de tragédia ao equiparar à voz divina os comentários da <i>vox populi</i> em relação a vários acontecimentos problemáticos que retardaram a partida da nau São Paulo de Lisboa: “Acontece muitas vezes a voz do povo ser juízo do Senhor, e falar pela boca dele o que há-de vir, segundo nos mostra bem claro a Sagrada Escritura”. Além disso, na introdução à narrativa o autor dramatiza o relato antecipando o que aconteceu e seria narrado a seguir: “depois de tantos dias e meses de caminho, gastos e consumidos já os homens com doenças e gravíssimas fomes e desventuras, quantas o humano pensamento pode imaginar e alcançar; verem e provarem tantas vezes a morte, e verem-na nos olhos em tantas figuras, hábitos e maneiras, e no fim perderem quase todas as vidas onde nunca foi ter nau de cristãos, mouros ou gentios; e os que da fúria deste naufrágio e infortúnio ficámos, não sei se os julgue por mais afortunados, pois foram e são os mais doentes, de doenças tão diversas e tamanhas, que não sei que vida se pode chamar a de tantos desgostos.”</p> |

É visível no quadro 10 que para os autores das três relações a intervenção divina no mundo profano é real e constante. O naufrágio do galeão São João e as desventuras do fidalgo Manuel de Sousa de Sepúlveda e da sua família, segundo o enquadramento dado pelo relato, são casos exemplares de castigo divino, devido ao pecado da cupidez. O naufrágio da nau São Paulo, por seu turno, foi, para o crédulo autor, pressagiado pela voz do povo, que para ele é a voz de Deus, e a viagem quase um gesto de arrogante desafio à divindade. Já Manuel Maria Perestrelo, autor do relato do naufrágio da nau São Bento, prefere deixar a evocação divina apenas para o miolo da narrativa, mas irá fazê-lo amiúde (tal e qual como os restantes autores).

O quadro 10 também mostra que, ao anteciparem a informação principal, as três relações se aproximam do modelo de relato conhecido por pirâmide invertida, em que a informação principal surge no início do relato.

O reforço do *ethos* do autor, para credibilizar o relato, faz-se através da evocação da fonte (São João) ou da inclusão do relator entre as testemunhas directas do acontecimento, que também viveu e presenciou (São Bento e São Paulo), como podemos apreciar no quadro 11. No entanto, na *Relação do Naufrágio da Nau São Bento* é já no miolo da narrativa que o autor revela que se encontrava na nau.

Quadro 11

Reforço do *ethos* do autor como estratégia de credibilização das histórias narradas

| São João | São Bento | São Paulo |
|--|--|---|
| A credibilização do discurso passa pela evocação da fonte, testemunha participante dos factos narrados: “E [Manuel de Sousa] passou tantos trabalhos antes da sua morte, que não podem ser cridos senão de quem lhos ajudou a passar, que entre os mais foi um Álvaro Fernandes, guardião do galeão, que me contou isto muito particularmente, que por acerto encontrei aqui em Moçambique no ano de mil quinhentos e cinquenta e quatro”. | O reforço do <i>ethos</i> é feito no miolo da narrativa, em várias passagens, assumindo o autor a condição de testemunha presencial dos trágicos acontecimentos. A primeira dessas passagens é a seguinte: “Acabando Fernão d’Álvares, e os que com vínhamos, de estar prestes de todo o necessário à nossa viagem (...)”. | O autor reforça o seu <i>ethos</i> explicitando, indirectamente, que era um dos embarcados na nau, pelo que se tornaria testemunha dos acontecimentos narrados: “[O juízo do Senhor] foi (...) servido cumprir-se em nós, porque estando para partir de Santa Catarina de Ribamar de Lisboa, uma noite (...) cortaram os muitos ratos (...) uma amarra (...) e estivemos muito perto de dar à costa”. |

Um outro aspecto interessante do dispositivo introdutório da *Relação da Perda do Galeão São João* é a referência à fonte da história, de acordo com as regras mais comuns de citação do jornalismo contemporâneo: é referido o nome e a qualidade da fonte, bem como o local onde fonte e “jornalista” negociaram a história e quando isso aconteceu (Moçambique, 1554), o que ajuda a credibilizar o relato. O autor da *Relação* pode ter-se, paradoxalmente, perdido no anonimato, como acontece com muitos jornalistas, mas não a fonte da “notícia” (Álvaro Fernandes, guardião do galeão).

3.4.2 *Narratio e conclusio*

Na narrativa (*narratio*), parte mais extensa das três obras, são contadas as histórias dos naufrágios, suas causas e consequências.

A estrutura da narrativa das relações aqui estudadas é similar ao de outras relações de naufrágios da mesma época, que evocam, por sua vez, a própria estrutura narrativa de alguma literatura medieval (Lanciani, 1979), podendo dividir-se nos seguintes segmentos narrativos: 1) Antecedentes e partida; 2) Tempestade; 3) Naufrágio e Arribação; 4) Peregrinação (onde se foca a maior parte dos relatos); 5) Retorno e salvação (de alguns). É de salientar, no entanto, que a estrutura apresenta alguma elasticidade, sendo possível, por exemplo, apercebermo-nos somente das causas do desastre, que deveriam, pela lógica, ser descritas nos antecedentes, já durante a narração da tempestade, como acontece na *Relação da Perda do Galeão São João*, em que o autor só se refere às velas deploráveis com que a nau tinha sido equipada já durante a narração do temporal.

Após a parte inicial, a organização cronológica das três narrativas empresta uma sensação de ordem aos textos, sendo, por isso, uma das modalidades estruturais que se mantêm na reportagem jornalística (Fernández Parrat, 2001).

3.4.2.1 Antecedentes e partida

A parte inicial das três narrativas é reservada à apresentação do contexto da viagem, à introdução das principais personagens, à descrição da carga da nau, à antecipação analítica de algumas das causas do posterior naufrágio (São João e São Bento), à antecipação do naufrágio (São Bento), à descrição de acontecimentos que profetizam desgraças futuras (São Paulo) ou mesmo à apresentação dos propósitos do autor, que se inclui entre os viajantes, sendo, portanto, testemunha directa dos acontecimentos (São Bento e São Paulo), como podemos observar comparativamente no quadro 12.

É de realçar que enquanto as naus São João e São Bento naufragam, carregadas de mercadorias, no trajecto da Índia para Portugal, a nau São Paulo naufraga na viagem de Portugal para a Índia (neste caso após um desvio involuntário pelo Brasil - Salvador). A São Paulo, aliás, foi a única das naus partidas de Lisboa a chegar à Índia, graças, como revela o autor, aos conhecimentos do capitão, que escolhe a única rota praticável tendo em conta a estação do ano e o estado do mar

Quadro 12
Antecedentes e partida nas três relações

| São João | São Bento | São Paulo |
|--|--|--|
| <p>“Partiu neste galeão Manuel de Sousa, que Deus perdoe, para fazer esta desventurada viagem, de Cochim, a três de Fevereiro do ano de cinquenta e dois. E partiu tão tarde por ir carregar a Coulão (...) e ainda que a nau levasse pouca pimenta, nem por isso deixou de ir muito carregada de outras mercadorias, no que se havia de ter muito cuidado pelo grande risco que correm as naus muito carregadas.”</p> | <p>“Havendo por seu serviço o muito católico e excelente Príncipe El-Rei D. João o III, nosso senhor, que Deus tem em glória, mandar no ano de 1553 uma armada de cinco naus à Índia, despachou os capitães que nelas haviam de ir, que eram D. Manuel de Menezes, na nau Santo António [etc.] (...) e por capitão mor de toda esta Armada a Fernão d’Álvares Cabral, fidalgo de muita estimação neste Reino, o qual ia na nau São Bento, de Sua Alteza, que era a maior e melhor que então havia na carreira [da Índia], e levava por piloto Diogo Garcia, o Castelhana, por mestre António Ledo, e por contramestre Francisco Pires, todos homens muito estimados em seus cargos. Aparelhados assim (...), partiram do porto de Lisboa, em domingo de Ramos, 24 de Março (...) e Fernão d’Álvares (...) só entre todos da sua Armada passou aquele ano à Índia, e foi surgir na entrada do mês de Fevereiro à barra da cidade de Goa (...) até que veio o tempo de partirem para a cidade de Cochim as naus que haviam de trazer a carga do ano de 1554 (...) e mais a nau São Bento de Fernão d’Álvares, a qual fazia tanta vantagem a todas as outras em grandeza, fortaleza e bondade, que daqui se veio a principiar a maior parte da desventura que depois sucedeu, porque por estas suspeitas carregavam tanto as partes e fazendas sobre ela, que os oficiais a quem a emenda disto cumpria se não sabiam dar a conselho; e contudo dada a esta desordem a melhor ordem (...)</p> | <p>“estando para partir de (...) Lisboa, uma noite, com um vento rijo atravessado, cortaram os muitos ratos que havia naquele fundo, à nau, uma amarra de duas que ao mar tinha, e estivemos muito perto de dar à costa (...) e nos foi necessário pedir ajuda e socorro (...) e (...) nos acudiram de Belém (...) e andaram toda a noite em nos amarrar e deixar quietos fora de perigo (...) e não se fazer [a nau], à porta tanto de casa, em pedaços.”</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | e aparelhadas as dias naus (...) partiram para este reino (...); e Fernão d'Álvares Cabral varrou em terra na boca do Rio do Infante, junto ao Cabo da Boa Esperança, de cuja viagem, naufrágio, desterro e fim (...) direi (...)”. | |
| | <p>“Acabando Fernão d'Álvares e os que com ele vínhamos de estar prestes de tudo o necessário à nossa viagem, desamarrámos da barra de Cochim para este reino uma quinta-feira, primeiro dia de Fevereiro do ano de 1554”.</p> <hr/> <p>“além de vir por baixo das cobertas toda maciça com fazendas, trazia no convés setenta e duas caixas de marca e cinco pipas de água a cavalete, (...) tanta multidão de caixões e fardagem que a altura destas cousas igualava o convés com os castelos e chapitéu”.</p> | <p>“Partimos de Belém a vinte de Abril de 1560, um sábado pela manhã, véspera de Pascoela. E deitámo-nos de mar em fora, (...) seis naus, em que vinha por capitão D. Jorge de Sousa. Era esta nau feita na Índia, rija e muito forte (...) singular em popa e fugia ao mar; mas, por ser pesada, algum tanto má de bolina, e de duro e áspero governo. Partimos tão tarde, por não nos darem lugar os ventos contrários ao sair da barra, havendo perto de um mês que estávamos prestes, que foi em parte a principal causa da nossa ruim viagem e da nossa perdição.”</p> |

É de sublinhar que, logo na introdução da *Relação da Perda do Galeão São João*, o autor demonstra uma muito contemporânea vontade analítica. Como podemos observar no quadro 12, o autor relembra, por um lado, que a nau partiu tarde demais para poder beneficiar do bom tempo de Verão na dobragem do Cabo da Boa Esperança, algo que deveria ser do conhecimento comum da época; por outro lado, o autor esclarece que o navio ia muito carregado. Omnipresentes estão as concepções culturais da época, particularmente evidentes no enquadramento religioso do relato: “Manuel de Sousa, *que Deus perdoe* (...)”. E o perdão de Deus é necessário, intui-se das palavras do autor, porque foi a cupidez de Manuel de Sousa, que quis trazer mais mercadorias do que podia e fazer a viagem para Lisboa a qualquer custo, fora das datas aconselháveis, que provocou o fatídico desenlace.

Uma vez que a nau São Paulo foi forçada a arribar ao Brasil antes de prosseguir viagem para a Índia, o autor da relação, Henrique Dias, aproveitou para narrar minuciosamente como correu a viagem, por vezes dramatizando a acção com episódios seleccionados. Há várias passagens interessantes sobre a vida a bordo de uma nau. Por exemplo, no Golfo da Guiné, enfrentando calor e chuva torrencial, muitos na nau adoecem, ironicamente sem distinção de sexo ou classe social. O autor também

refere os bárbaros tratamentos disponíveis na altura: sangrias. Por isso quem mais sobrevivia às doenças naquele tempo eram os mais pobres, que não tinham dinheiro para pagar a um médico, que em vez de tratar acelerava a morte: “(...)homens do mar, cursados e antiquíssimos nesta carreira, como os mais, fidalgos, soldados, mulheres e meninos (...) [eram] juntos trezentos e cinquenta doentes e dias havia que se davam setenta e oitenta sangrias; e sangravam, por meu mandato, o barbeiro da nau, o piloto e sota-piloto e um grumete que o fazia muito bem; e deram-se por todas mil cento e trinta e tantas sangrias. E aconteceu dar o mestre ao apito e acudirem só um marinheiro e dois grumetes, sem haver aí mais nenhum são, de mais de cem homens do mar que nesta nau iam para a marear. (...) [E] foram curados com todas as sangrias, cristéis comuns e de meijoada, com muitos linimentos e esfregações, gargarejos e pitinjar e defensivos, xaropados e purgados”.

3.4.2.2 Tempestade

O segundo momento crucial e intensificador da acção é a tempestade, que ocorre depois de uma navegação, que tanto podia ser tranquila, *não-notícia* (São João), como temperada com alguns sustos (São Bento e São Paulo). O quadro 13 evidencia-nos as semelhanças entre os tipos de relato das tempestades nas três relações.

Quadro 13
Tempestades nas três relações

| São João | São Bento | São Paulo |
|--|---|--|
| “(…) o capitão chamou o mestre e piloto e lhes perguntou que deviam fazer com aquele tempo (...) e todos responderam que era bom conselho arribar. As razões que davam (...) foram que a nau era muito grande e muito comprida e ia muito carregada (...) e não traziam já outras velas senão as que traziam nas vergas (...) e estas eram rotas, que se não fiavam nelas” | “uma onda (...) que de muito longe vinha levantada por cima das outras em demasiada altura (...) chegou (...) que por a nau estar morta, sem lhe podermos fugir, nos alcançou pela quadra de estibordo, e foi o ímpeto e o peso dela tamanho que quase nos sossobrou daquele primeiro golpe, e com o pendor que a nau fez, deitou ao mar muitas caixas e fato do que vinha no convés, e juntamente o carpinteiro e outras pessoas, que nunca mais apareceram (...). E por este mar veio outro que, conquanto não foi tamanho como o primeiro, achou a nau tão adornada que quase acabou de meter debaixo de água (...), quase vencida dos mares.” | “Este dia nos deu um mar (...) [que] levou pelo ar sete ou oito caixas que estavam por cima do bordo por onde deu, que foram cair pela escotilha grande, que acertou estar aberta, quebradas e em pedaços, e feriram muitos na primeira cobertura, assim arrombou as mais das câmaras da outra banda, com a muita fúria com que entrou e deu ainda em baixo” |

| | | |
|---|---|---|
| <p>“tanto tempo punham em (...) remendar [velas], como em navegar. E uma das coisas por que não tinham dobrado o Cabo (...) foi pelo tempo que gastavam em as amainar para coserem”</p> <hr/> <p>“(...) e eram os ventos tais que, se um dia ventava Levante, outro se levantava Poente. E sendo já em 1 de Março, eram Nordeste-Sudoeste com o Cabo da Boa Esperança, vinte e cinco léguas ao mar, ali lhe deu o vento Oeste e Oeste-Noroeste, com muitos fuzis (...) e ficou o mar tão grande, e trabalhou tanto a nau, que perdeu três machos do leme, em que está toda a perdição ou salvação de uma nau (...).] [E] por o leme ser podre, um mar que então deu lho quebrou pelo meio (...), [ficando a nau] sem leme, sem mastro, sem velas”.</p> | <p>“nos acabavam de desenganar de todo, porque até então não cuidávamos que o mal era tanto, dizendo-nos que a coisa era acabada, porque assim entrava o mar pelo costado da nau como poderia entrar por uma canastra, e que tudo por baixo estava aberto e alagado, portanto cada um que se encarregasse de encomendar a Deus (...). A nau tinha já duas cobertas de água, o que nos meteu então em confusão, e começaram alguns a dizer que era para aguardar mais (...), outros eram de outro parecer (...) [mas] assentaram todos que varando de noite nenhuma esperança podíamos ter de nos salvar”.</p> | <p>“tornando a cair o mesmo vento Oeste que bem podíamos dizer e afirmar que, se nos deu salvação e vida no Cabo da Boa Esperança, aqui nos voltou a tirá-la, pois nos destruiu e matou a todos, uns acabando logo e fugindo de trabalhos desta vida, outros morrendo por mil maneiras de cruezas, e os mais estilados consumidos com inescrutáveis e incríveis trabalhos e experimentando todas as misérias humanas (...), multiplicando-se o vento ao raiar do dia com suas contínuas trovoadas que nunca cessaram e chuueiros imensos, e o vento de relegas súbito e muito furioso”.</p> |
| <p>“se encomendaram a Deus”</p> | <p>“cada um começou a ter com a sua consciência, confessando-se sumariamente a alguns clérigos que aí iam. A este tempo andavam com um retábulo e crucifixo nas mãos, consolando nossa angústia (...). Isto acabado, pedíamos perdão uns aos outros, despedindo-se cada um dos seus parentes e amigos (com tanta lástima como quem esperava serem aquelas as derradeiras palavras que teriam neste mundo)”</p> | <p>“pedindo cada um perdão ao outro e fazendo-se geralmente todos amigos (...), começaram a salvar da parte de Deus, Nossa Senhora e seus Santos”</p> |

As tempestades rompem a bonança. Há ventos contrários e mares alterosos. As naus revelam-se mal preparadas para enfrentar as tempestades, seja por falta de bom equipamento, seja por excesso de carga, seja ainda por deficiências estruturais e de construção. Por isso, rumam a terra e, na fase seguinte do relato, acabarão por encalhar na costa. Durante a tempestade, às vezes, todos procuram ajudar, por exemplo, dando às bombas (São Bento). Outras vezes, como o perigo aguça o engenho, tentam encontrar soluções para os problemas. O autor da *Relação da Perda do Galeão São João*, por exemplo, narra que a tripulação tentou fazer velas a partir das fazendas que levavam como mercadoria e que tentou também fazer um novo leme, mas sem sucesso. O desespero atinge todos, todos consome, e é nessa altura que os homens se encomendam a Deus e fazem as pazes.

3.4.2.3 Naufrágio e arribação

Nesta fase do relato, as naus, trazidas propositalmente para perto da costa, acabam por encalhar (por vezes, o autor localiza rigorosamente o local e o dia). Os naufragos começam a reorganizar-se. O quadro comparativo 14 permite-nos, mais uma vez, observar as semelhanças discursivas entre as três relações.

Quadro 14
Naufrágio e arribação nas três relações

| São João | São Bento | São Paulo |
|--|--|--|
| “(…) era bom conselho deixarem-se ir assim até serem em dez braças, e como achassem o dito fundo surgissem para lançar o batel fora para sua desembarcação (…)”. | “Mas como o tempo não era para de muitas escolhas (...) endireitámos com a terra que mais perto vimos, a qual era uma grande praia de areia, em altura de 32 graus e um terço, que estava na boca do rio do Infante (...). [A] nau deu a primeira pancada e em tocando foi logo partida pelo meio (...) ficando tudo arrasado de água e aparecendo somente os castelos (...) e nos iam as ondas botando à terra” | “de madrugada surgimos com uma amarra sobre terra (...) multiplicando-se o vento (...) com suas contínuas trovoadas (...) e chuviros imensos, e o vento de relegas súbito e muito furioso, com que nos foi necessário deitar outra amarra (...) e em a deitando trincou logo, por ser todo o fundo de coral, que cortava como uma navalha. (...) acabámos de dar no ilhéu, que era de rochedo (...) em que a nau deu três pancadas... E assim caiu e se encostou e ficou sentada no fundo” |

| | | |
|---|--|---|
| <p>“E vendo Manuel de Sousa como o galeão se lhe ia ao fundo sem nenhum remédio, chamou ao mestre e piloto e disse-lhes que a primeira coisa que fizessem fosse pô-lo em terra com sua mulher e filhos, com vinte homens que estivessem em sua guarda (...).”</p> <hr/> <p>“[na nau ficaram] quinhentas pessoas (...), duzentos portugueses e os demais escravos (...). A gente que estava na nau se lançou sobre a caixaria e madeira à terra. Morreram, em se lançando, mais de quarenta portugueses e setenta escravos; a mais gente veio à terra por cima do mar, e alguns por baixo, como a Nosso Senhor aprovou, e muita dela ferida dos pregos e madeira (...). O capitão (...) andava na praia esforçando os homens e dando a mão aos que podia os levava ao fogo que tinha feito, porque o frio era grande”.</p> | <p>A este tempo andava o mar todo coalhado de caixas, lanças, pipas e outras diversidades de coisas, que a desventurada hora do naufrágio faz aparecer; e andando tudo assim baralhado com a gente, de que a maior parte ia nadando à terra, era coisa medonha de se ver, em em todo o tempo lastimosa de contar, a carniçaria que a fúria do mar em cada um fazia e os diversos géneros de tormentos com que geralmente tratava a todos, porque em cada parte se viam uns que não podendo mais nadar, andavam dando grandes e trabalhosos arrancos com a muita água que bebiam, outros, a que as forças ainda abrangiam menos, que encomendando-se a Deus nas vontades se deixavam a derradeira vez cair ao fundo; outros a que as caixas matavam, entre si entalados, ou deixando-os atordoados, as ondas os acabavam, marrando com eles nos penedos; outros a que as lanças, ou pedaços da nau, que andavam a nado, os despedaçavam por diversas partes com os pregos que traziam, de modo que a água andava (...) manchada de uma cor tão vermelha como o próprio sangue (...).”</p> | <p>“O capitão a bordo, com uma espada nua defendendo o esquiife, que não entrasse ninguém nele até as mulheres todas, que seriam com algumas crianças trinta e três, e os meninos fossem em terra postos.”</p> <hr/> <p>“Por esta parte, em baixa mar, se podia passar a (...) terra, com água pelos peitos (...), coisa muito pergosa, pela braveza e fúria com que quebravam (...) as ondas (...), as quais tomando as pessoas descuidadas davam com elas nos abismos (...). Assim, em a nau dando, indo-se virando para a banda do mar (...), cuidando alguma gente do mar em que se virava de todo e soçobrava (...) se deitaram ao mar (...), o que vendo, a outra gente se começou a deitar também, em os quais o mar e sua fúria e os ventos tomaram vingança de seus pecados, pois (...) confiados no nadar se cometeram aos cruéis mares (...) e assim os matou sua confiança, porque morreram logo dos primeiros, afogados e feitos nos rochedos em pedaços, doze ou treze, e outros encapelados do mar, com que iam dar por esses recifes feridos e inchados (...) do que depois morreram alguns.”</p> |
|---|--|---|

| | | |
|---|---|---|
| <p>“Assentaram que deviam estar naquela praia (...) alguns dias, pois ali tinham água, até convalescerem os doentes. Então fizeram suas tranqueiras de algumas arcas e pipas, e estiveram ali doze dias.”</p> | <p>“deitámo-nos a enxugar por aquela praia (...), mas quando arrefeceu recolhemos a um mato perto por onde corria um ribeiro de água com que lavámos as bocas do sal e satisfizemos a sede. [Ao amanhecer estava a praia juncada de coisas preciosas] jazendo muitas delas ao redor dos seus donos, a quem não somente não puderam valer na presente necessidade, (...) sobejamente amadas na vida, com seu peso foram a causa da morte. (...) Tornámos ao local onde (...) dormimos, para fazer um abrigo em que nos recolhêssemos nos dias em que ali houvéssimos de estar. Pelo quem pondo cada um mãos à obra, em poucas horas se pudera ver um luxuoso alojamento feito de alcatifas riquíssimas e de muitas outras peças de ouro e seda (...). Isto acabado, pareceu bem ao capitão mandar descobrir aquela terra”.</p> | <p>“Logo nesta noite, sendo a maior parte dela gasta, ajuntando-se o capitão, o mestre e o piloto com algumas pessoas principais de muita prudência e conselho, para se entender o que se podia e devia fazer para bem de todos (...). O que tudo acabado, jurou o capitão (...) não partir daquela ilha (...) sem o mais pequeno da sua companhia. (...) Isto acabado e quieto, chegou logo o capitão a um Álvaro Freire (...) que fosse à nau (...) buscar e tirar mantimentos, munições e aparelhos e tudo o mais necessário para nosso remédio e sustentamento (...) Proveu-se logo também em ir o mestre e piloto com algumas poucas pessoas a correr a ilha toda ao redor”.</p> |
|---|---|---|

Durante o naufrágio, os comportamentos divergem. O capitão da S. Paulo teve comportamento exemplar no naufrágio, ao defender o barco que haveria de levar as crianças e as mulheres a terra em primeiro lugar, bem longe do impulsivo Manuel de Sousa, por exemplo, que quis primeiro colocar-se a si mesmo, e aos seus, em segurança, esquecendo a cavalheiresca regra das mulheres e crianças primeiro. Essa situação, aliás, parece merecer a concordância geral, incluindo do autor da *Relação*, indiciando a hierarquização social da sociedade portuguesa da época. Manuel de Sousa, a mulher, os seus filhos e os “guarda-costas” foram, assim, os primeiros a chegar a terra.

O relato dos pormenores mais intensos e horríveis da acção é feito com alguma contenção na *Relação da Perda do Galeão São João*, mas nas outras duas relações isso já não acontece, sendo mais explorado o poder visual da narrativa, que permite ao leitor reconstruir mentalmente o naufrágio. Os autores, como qualquer jornalista contemporâneo, prestam atenção aos pormenores susceptíveis de emocionar o leitor (todo o jornalismo, como diz o professor luso-brasileiro Manuel Carlos Chaparro, tem que ter algum sensacionalismo à mistura, para cativar o leitor). Neste contexto, não passa despercebida a observação irónica de Manuel Mesquita Perestrelo sobre o

amor excessivo aos bens materiais, que contribuiu para a morte de vários náufragos por afogamento.

Em terra, as pessoas começaram a organizar-se para assegurarem a sua sobrevivência e o regresso à civilização.

3.4.2.4 Peregrinação

Grande parte das *Relações* é tecida à volta da parte que se optou por designar “peregrinação”, ou seja, a viagem de volta à “civilização”. Metaforicamente, funciona como o sacrifício que conduz à expiação do pecado, como a jornada que conduz à salvação, pois os náufragos vêem-se a si mesmos como pecadores e é assim também que são vistos pelos autores das relações, que em dois dos casos (São Bento e São Paulo) estavam entre eles.

A peregrinação, que evoca um *mundo duro, selvagem, primordial*, inicia-se sempre após alguns dias de recobro e traz ao de cima aquilo que de melhor e pior cada homem tem. Durante o trajecto, ocorrem múltiplos episódios de entreaajuda. Mas também surgem episódios de desavenças, traições e mesmo de exploração privada da situação. É o que acontece quando alguns dos náufragos, achando algo de comer, não hesitam em vendê-lo a preços exploratórios, e mesmo assim encontram clientes entre os restantes náufragos esfomeados. Ironicamente, de pouco lhes serve, a uns e a outros, pois são sempre poucos aqueles que se salvam.

Durante a extenuante jornada, que se prolonga por centenas de léguas e vários meses, pessoas e bens são constantemente ameaçados pelos elementos, pela fome, pela sede, pelas doenças, pelas feras e pelos nativos, que travam várias escaramuças com os náufragos. Bastantes morrem, enquanto outros, como se disse, se aproveitam cobiçosamente da situação, por vezes com pouco sentido da realidade.

O espaço dedicado à “peregrinação” evoca a literatura de viagens. É notória a vontade de falar do diferente e do exótico, de desvelar o desconhecido, de descrever os espaços percorridos, de dar ao leitor espaço para exercitar a sua imaginação. À medida que os náufragos exploram e desbravam novos territórios, relatam-se os encontros, recontros e desencontros entre nativos e portugueses; relembra-se a dificuldade de dialogar por causa da incompreensão linguística; fala-se dos estranhos animais que se observam, das paisagens exóticas que se atravessam, das gentes diferentes com quem os portugueses contactam, do fascínio repulsivo provocado pelos canibais (na *Relação da São Paulo*, diz-se que os malaios raptam e comem alguns portugueses, mas na *Relação da Nau São Bento* dá-se conta, paradoxalmente, que a fome também levou alguns portugueses ao canibalismo). Afinal, ontem como hoje noticiar é essencialmente *apresentar o novo* ou, pelo menos, *vestir o velho com novas roupagens*, reforçando o conhecimento comum. O jornalismo é uma historiografia permanente da humanidade, um *curriculum* da humanidade, em que determinadas coisas parecem estar sempre a repetir-se, no que têm de diferente e igual: é a ideia de que há novidade sem mudança, como muito bem identificou Phillips (1976).

Pelo meio das jornadas de peregrinação, relatam-se encontros dos naufragos com sobreviventes de naufrágios anteriores (São Bento, São Paulo), à semelhança do que acontecia com os encontros com os eremitas em alguma literatura medieval. Os antigos naufragos fazem as vezes de intérpretes para os novos (como acontece no relato do naufrágio da nau S. Bento) e auxiliam-nos, como faziam os eremitas aos heróis das narrativas medievais. As fórmulas de determinados géneros narrativos ecoam e repercutem-se em géneros narrativos da mesma época ou posteriores.

As jornadas de peregrinação são também os trechos narrativos em que mais se evoca o que aconteceu noutros naufrágios. Por um lado, cada novo naufrágio é visto como a replicação de naufrágios precedentes, apenas um novo capítulo de uma história interminável. Por outro lado, o conhecimento de naufrágios anteriores é constantemente lembrado para que os novos naufragos não cometam os mesmos erros dos naufragos anteriores.

O cariz de peregrinação da jornada é reforçado pela configuração da marcha como procissão, encabeçada por uma insígnia religiosa, *identitária* (São João: “uma bandeira com um crucifixo”; S. Bento: “um crucifixo arvorado numa lança e uma bandeira benta”; S. Paulo: “a bandeira das relíquias”). Mas a ordem de marcha também é, preventivamente, configurada como militar, com vanguarda e retaguarda armadas e mais fortes para proteger os doentes, mulheres e crianças do meio.

A marcha dos naufragos é forçada e perigosa, mas também subverte as hierarquias sociais, pois é *igualitária*. A marcha provoca a todos fome, sede, doenças, fadiga física e mental, sem respeitar posição social, riqueza, sexo ou idade. Todos, nobres e escravos, pobres e ricos, homens, mulheres e crianças, são afectados pelas enormes dificuldades da jornada, agravadas pelas lutas constantes com os nativos. A morte paira constantemente sobre os naufragos. Alguns dos que tombam são deixados para trás, com maior ou menor emoção. O êxito das relações também se explica pelo interesse que havia e há em ver como se comportam os grandes famosos perante as mais extremas dificuldades da vida...

No quadro 15, inserem-se alguns excertos ilustrativos dos trechos que denominamos “peregrinações” nas três relações de naufrágios estudadas, sendo de realçar a grande semelhança estrutural dos relatos.

Quadro 15
A peregrinação nas três relações

| São João | São Bento | São Paulo |
|--|---|---|
| <p>“começaram a caminhar com esta ordem que se segue: a saber, Manuel de Sousa com sua mulher e filhos com oitenta portugueses e com escravos; e André Vaz, o piloto, na sua companhia com uma bandeira com um crucifixo erguido caminhava na vanguarda; e D. Leonor, sua mulher, levavam-na escravos em um andor. Logo atrás vinha o mestre do galeão com a gente do mar e com as escravas. Na retaguarda caminhava Pantaleão de Sá com o resto dos portugueses e escravos (...)”</p> | <p>“ao outro dia, que eram 27 de Abril, em amanhecendo, fomos ter à estância do capitão, que já nos estava esperando e, contando-nos ali, achámos serem 322 pessoas, a saber: 224 escravos e 98 portugueses (...) com a qual companhia o capitão abalou (...) deixando o alojamento (...). Pelo que, postos em ordem, levando um crucifixo arvorado numa lança e uma bandeira benta na dianteira (...) [em que iam] os homens do mar (...) e um retábulo da Piedade na retaguarda, em que ia o capitão com os passageiros, e os escravos, desarmados, no meio, que levavam entre si os feridos (...) nos metemos em fio, um atrás do outro (...)”</p> | <p>“(…) feita a contagem, se acharam 330 almas (...). Estando já a nossa embarcação grande para se poder deitar ao mar, mandou o capitão chamar toda a gente (...). Estando tudo prestes, a embarcação grande, o esquife e a galveta, a 20 de Março (...) partiram do arraial (...) Antes de todos serem dentro, ficando ainda algumas pessoas em terra, o navio grande não regia, com a muita gente que nele estava e não cabia (...) [pelo que] o mestre e o calafate (...) disseram (...) que muito melhor era ir por terra e morrer nela (...) e o capitão [disse] (...) que ele também iria (...), [mas] se recolheu ao navio (...) [e zarpou] bem tarde da noite (...). E em rompendo a alva acudiu toda a gente à praia (...) e o capitão, do navio onde estava, lhes disse de largo que era necessário irem por terra 150 deles (...) e que os havia de esperar (...) deixando em terra meninos e doentes (...). Passados (...) pelo vau (...) começámos o nosso caminho com o crucifixo diante (...) nesta ordenança: ia diante o alferes com a bandeira das Relíquias, com 50 homens dos mais esforçados e sãos, com uma espingarda e alguns piques e dardos (...). Após estes (...), iam os padres com o crucifixo, e 20 homens com eles, com outra espingarda, e levavam entre si todos os meninos e doentes (...) e detrás ia o capitão com o guião e toda a mais gente. E para se buscar de comer, iam (...) 50 homens mariscando pelas praias (...)”</p> |

| | | |
|--|--|--|
| <p>“ora se metiam no sertão a buscar de comer e a passar rios e se tornavam ao longo do mar subindo serras muito altas, e descendo outras de grandessíssimo perigo”.</p> | <p>“grandes serras, que pelo sertão dentro apareciam (...). [O] rio (...) vai de ambas as arribas cercado de rochas talhadas a pique”.</p> | <p>“Esta ilha de Samatra [tem] (...) trezentas léguas de comprimento e oitenta até noventa no mais largo (...). Desta parte onde nos perdemos, é esta ilha rasa e de costa brava (...), de mato muito medonho, e de muito espesso arvoredado, que promete haver aí pela terra muitos bichos peçonhentos e criar muitos animais espantosos. (...) Há em toda a ilha muitos reis, e assaz poderosos (...). Há nela todas as riquezas que os mortais ânimos cobiçam e desejam, muita cópia de ouro muito fino (...). Tem muita pimenta (...), muito gengibre e pau de águila e calamba (...). Há uns (...) que comem carne humana (...). Todos os outros moradores da ilha são homens muito polidos e bem tratados, e e muito boa razão.”</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|---|--|
| <p>“Era tanto o trabalho assim na vigia como da fome e caminho, que cada dia desfalecia mais a gente, e não havia dia que não ficasse uma ou duas pessoas por essas praias e pelos matos, por não poderem caminhar; e logo eram comidos dos tigres e serpentes (...). E além disto passavam grandes fomes, e davam muito dinheiro por qualquer peixe que se achava na praia ou por qualquer animal do monte (...). Havia já muitos dias que se não mantinham senão de frutas que acaso achavam e de ossos torrados. E aconteceu muitas vezes vender-se no arraial uma pele de cobra por quinze cruzados: e ainda que fosse seca, a lançavam na água e assim comiam. (...) Aconteceu muitas vezes (...) vender-se um púcaro de água de um quartilho por dez cruzados; e em um caldeirão (...) se fazia cem cruzados”.</p> | <p>“vimos da banda de além [do rio] sair uma alimária maior do que um cavalo de baixo de certas lapas e de cor negra (...) a qual das partes que mostrava fora de água, que foram cabeça e pescoço e parte do lombo, nenhuma diferença tinha de camelo; e se assim há marinho, certo que este o era”.</p> <hr/> <p>“entre eles [nativos] vinha um moço de Bengala, que ficara de outra perdição, o qual sendo por nós conhecido, logo foi arrebatado, e com grandes abraços e alvoroço, levado ao capitão (...) assim (...) subemos ser aquela terra muito povoada. (...) [E] um moço chamado Gaspar, que ficara da destruição de Manuel de Sousa (...) sabendo de nossa ida, veio ali esperar, desejoso de tornar-se a terra de cristãos [e que mais tarde haveria de trair e explorar cobiçosamente os náufragos].”</p> <hr/> <p>“cresceu tanto a necessidade (...), que nos constrangeu a comer os sapatos (...); o que alcançava achar algum osso de alimária, que já de velho estava tão branco como a neve, que comia feito em carvão (...), chegavam a terem paixões parentes com parentes, amigos com amigos, sobre um gafanhoto, besouro ou lagartixa”</p> | <p>“”encontraram os que iam diante dois lagartos. Um deles tanto que ouviu o rumor da gente, se meteu pelo mato (...) e o outro se tornava para o mar, tão grande e feiçoso que, parece fábula dizê-lo, teria mais de cinco varas de comprimento, e tão grosso como um tonel, coberto por cima de umas conchas verdes, com uns vieiros pretos em parte muito bem pintados”.</p> <hr/> <p>“Sustentava-se a gente (...) com algum queijo, azeitonas e vinho que o mar lançava fora, e algum marisco, e tremoços por curtir, e caranguejos da terra (...). Coziam também ervas com azeitonas, que lhes tirava muita parte de sua malícia e venenosidade (...). E enquanto houve estas coisas foi grande alívio à fome (...). Já neste tempo a terra ia dando mostras de si, porque nos começou a morrer gente (...).”</p> |
|--|---|--|

| | | |
|--|---|--|
| <p>“só um filho bastardo de Manuel de Sousa, de dez ou onze anos, que vindo já muito fraco da fome, ele e um escravo que o trazia às costas deixaram-se ficar atrás (...) e (...) o perdeu assim (...). E assim se poderá ver quantos trabalhos foram os deste fidalgo antes da sua morte (...) e não havia dia que não ficasse uma ou duas pessoas por essas praias e pelos matos, por não poderem caminhar; e logo eram comidos dos tigres e serpentes”.</p> | <p>“tornámos a caminhar, (...) pela aldeia, na qual o tano-eiro e calafate da nau quise-ram ficar, por não poderem (um de velho, outro de ferido) aturar mais a companhia. (...) Neste caminho, o licenciado Cristóvão Fernandes, que na Índia fora chanceler e provedor-mor dos defuntos, não podendo, por sua velhice, suportar mais o trabalho (...), sentando-se sobre uma pedra, nos disse que até ali fizera o que pudera por viver, mas (...) suas forças a mais não abrangiam, nos fossemos embora, que ele havia de ali acabar, e que somente nos encomendava um filho seu, de idade de três anos, que para maior mágoa, sua fortuna ordenara que consigo o trouxesse, o qual, salvando-se milagrosamente da nau, ia ao colo de uma ama que o criava, sendo em tão tenra idade companheiro dos trabalhos e desterro de seu pai.”</p> | <p>“Ao outro dia, rompendo a alva, começámos a caminhar sem ordem nem conserto, trabalhando cada um de chegar primeiro à enseada (...), à qual chegámos (...) tribulados e cansados pelo ruim caminho em que andámos, quase sempre com água pelos peitos, por recifes muito grandes e pedras tão agudas que levávamos os pés abertos com mil cutiladas que penetravam o vivo, a que não havia outro remédio senão embrulhar os vestidos nelles, e com a dor nos esquecia buscar de comer (...) e deitavam pelo meio da calma, que nos assava vivos, por dobrar a ponta, onde chegámos (...) bem fracos”.</p> |
|--|---|--|

| | | |
|---|---|---|
| <p>“tinham já pelejado algumas vezes, mas sempre os cafres levaram a pior, e em uma briga lhe mataram Diogo Mendes Dourado, que até à sua morte tinha pelejado muito bem como valente cavaleiro.”</p> | <p>“chegámos a um descampado (...) [e os nativos] vendo quão poucos íamos, arremeteram a dois mancebos (...) e tomaram-lhes os alforjes (...) e (...) começaram-se de chegar a nós mais afoitamente, ameaçando com a azagaia que nos matariam se lhes resistíssemos, e juntamente com isto nos tomaram o caminho para que não passássemos ao rio. E por não haver (...) mais de cinco homens que levássemos armas, ajuntando-nos tivemos com eles uma arriscada briga, a qual de uma hora que durou, foi por muitas vezes assaz duvidosa para cada uma das partes. Mas por fim nos fez Nosso Senhor mercê (...)”.</p> | <p>“e já bem tarde viram uma vela grande no mar (...) que vinha surgir entre as mesmas ilhas (...) onde também parece queriam fazer aguada (...). E tanto que o capitão houve vista dela, fez equipar e fazer prestes ambos os batéis. (...) Partidos os nossos à boca da noite (...) chegaram às onze horas ao junco (...) e os negros estavam já postos em armas (...). E lançaram (...) setas, todas de peçonha, com que feriram muitos dos nossos (...). E os negros pelejavam como valentes homens, não tendo em conta nada (...). E da quarta vez foram abalroados e fizeram muita resistência à entrada dos nossos (...) que acabaram por vencer. E acharam-se cinco vivos debaixo da coberta (...). E pela mágoa que tinham dos companheiros que nos mataram (...) se lhes cortou a cabeça (...) e deu-se a vida a um que era seu piloto, que sabia a navegação desta costa e tínhamos dele necessidade”.</p> |
|---|---|---|

Antes de se iniciar a peregrinação, os naufragos tendem a discordar sobre o que se há-de fazer. A narração desse estado de coisas prepara o leitor para o que se vai seguir, à semelhança do que acontecia desde os primórdios da literatura¹⁸. Os naufragos da nau São Bento, por exemplo, esgrimiram argumentos entre os que queriam fortificar-se no lugar do naufrágio, os que queriam seguir por terra para Sul e os que queriam fazer uma embarcação para levar uns quantos a Sofala, para que de lá enviassem uma nau para o resgate. Por isso, quando chega a hora de tomar uma decisão, fazem-se apelos à união e discursos, por vezes relembrando-se o sucedido em naufrágios anteriores. Já na *Relação da Perda do Galeão São João* é dada grande atenção ao discurso de unidade do capitão Manuel de Sousa aos

¹⁸ São vários os exemplos na literatura antiga e medieval. No Antigo Testamento, por exemplo, revelam-se os discursos dos líderes e profetas judaicos antes das batalhas; noutra exemplo, na *Guerra das Gálias* Júlio César descreve os discursos que fazia às tropas antes de as lançar contra os gauleses e germanos.

náufragos. Esse discurso, ademais, revela o peso do Cristianismo na atribuição de sentido para o mundo e para a vida humana entre os portugueses de Quinhentos:

“Amigos e senhores: Bem vedes o estado a que por nossos pecados somos chegados (...); mas é Nosso Senhor tão piedoso, que ainda nos fez tamanha mercê, que nos não fossemos ao fundo naquela nau (...); prazerá a Ele que, pois foi servido de nos levar a terra de cristãos, os que nesta demanda acabarem com tantos trabalhos haverá por bem que seja para salvação de suas almas (...); e portanto vos ajuntei aqui para assentarmos que caminho havemos de tomar para remédio de nossa salvação (...). Uma mercê vos quero pedir, a qual é que me não desampareis nem deixeis (...) por causa de minha mulher e filhos. E assim todos juntos quererá Nosso Senhor pela sua misericórdia ajudar-nos.”

Também na *Relação do Naufrágio da Nau São Paulo* se faz um discurso inicial, mas desta feita é do capelão e não do capitão. Tal como fez Manuel de Sousa, o discurso recorda o perigo das desavenças, apela à união dos cristãos, pede que todos aceitem por capitão a Rui Melo da Câmara, conforme vontade real, e termina com palavras que frisam a ideia de que ninguém ficará para trás: “eu vos juro (...) desta ilha me não partir nunca sem todos juntos.”. A “peregrinação”, no relato do naufrágio da nau São Paulo, é, porém, diferente das outras, pois os naufragos constroem embarcações para regressarem à “civilização”. Todavia, traiçoeiramente, só alguns zarparam nos barcos, os outros tiveram de fazer parte do trajecto a pé e outros ainda, incluindo crianças incapazes de caminhar e doentes, foram abandonados. Contudo, mais à frente o grupo embarcado reencontrar-se-á com o grupo de terra (pelo menos com os que conseguiram caminhar) e, após tomarem uma nova embarcação a nativos malaios, os portugueses acabam por juntar-se novamente num único grupo.

Uma outra diferença separa a epopeia dos naufragos da nau São Paulo daquilo que aconteceu aos naufragos das naus São João e São Bento: os primeiros naufragaram num local densamente habitado e civilizado, onde reinavam soberanos ricos e onde os nativos estavam bem organizados e treinados nas artes militares. Por isso, os sobreviventes da nau São Paulo foram relativamente poupados a uma longa marcha e às agruras da fome e da sede, mas em contrapartida tiveram de combater mais vezes, tendo muitos morrido nesses recontros. Não deixa de ser elucidativa a narração do principal combate, onde se dá atenção particular ao destino de uma dama nobre:

“Uma madrugada, 17 de Abril, com muita chuva e maior trovoadas, deram os mouros em nós, com grandes gritos. Seriam bem dois mil homens e, achando-nos dormindo e bem descuidados, mataram muitos primeiro (...) e outros escaparam muito feridos, fugindo pela praia para as embarcações, e os outros se fizeram num corpo, fazendo-se prestes para pelear. Seríamos trinta homens quando veio ter connosco um

esquadrão de 500 negros (...) nos quais demos Santiago com só os dois piques e espadas (...) e os levámos pela praia cima. O nosso navio, esquife e galveta vinham pelo rio abaixo (...) bombardeando a praia e recolhendo a gente (...). E morreram dos nossos sessenta homens (...), e com eles ficou D. Francisca, que com seu marido dormia em terra (...), o qual, vindo diante dela com um montante, defendendo-se, foi cercado de muitos inimigos e morto, pelo que se suspeita que ela será viva, e com ela ficou um seu irmão, chamado António Rodrigues de Azevedo, e uma moça que vinha connosco do Brasil.”

Apesar de tudo, os sobreviventes do naufrágio da nau São Paulo, uma vez a bordo das embarcações, conseguiram chegar ao porto de Banda, em Sunda, onde estava uma armada portuguesa, embora nem sequer soubessem exactamente onde estavam: “Ao cabo de muitos dias, com tormentas, trabalhos e desventuras numerais, a 27 de Abril viemos ter ao porto de Banda, em Sunda, sem saber onde estávamos (...) e passou tão perto de nós um parau, que nos ouviu falar português e conheceu logo que éramos os de que já sabiam e nos esperavam. Veio ao navio grande onde nos disse e mostrou que estávamos no porto defronte de Sunda, à vista das nossas naus”. E com isto termina a “peregrinação” dos náufragos da nau São Paulo. Estavam salvos.

Durante a narração das viagens dos náufragos, os autores das relações prestam uma atenção particular aos comportamentos individuais e colectivos, às tragédias e ironias, num tom que tanto pode ser emotivo e dramático, como irónico ou mesmo raivoso. Por exemplo, o autor da *Relação do Naufrágio da Nau São Paulo* conta que quando os náufragos se preparavam para embarcar nas embarcações que tinham construído para saírem do local do naufrágio (ilha de Samatra), verificou-se que não cabia mais gente na embarcação “por quererem em uma embarcação tão pequena fazer câmaras e retretes para D. Francisca e a filha de António Pereira e outras mulheres”. Nesse trecho da narrativa, o autor aproveita para criticar o facto de ocuparem com fazenda os lugares que poderiam ser ocupados pelos sobreviventes do naufrágio: “onde com este achaque se levava muita fazenda, e bem mal adquirida, com a qual se tinha mais conta que com a vida dos homens”. Aliás, o autor sublinha que não escreveu isso praguejando para não prejudicar terceiros: “E por não praguejar, não direi acerca disto, pois o não posso fazer sem prejuízo de partes”.

Na *Relação da Perda do Galeão São João*, o autor dá particular atenção ao drama do casal constituído por D. Leonor e D. Manuel, protagonistas da história, e à ironia da situação de D. Leonor, que talvez não se tenha salvo, e aos filhos, por vergonha da nudez. O autor começa por contar que durante a jornada os náufragos do galeão São João encontraram um rei africano que os acolheu e que lhes pediu para não continuarem caminho, pois encontrariam um outro rei que os roubaria. Os portugueses, para lhe agradecerem a hospitalidade, aceitaram combater contra um outro rei, inimigo do primeiro rei, e tomar-lhe o gado, mas decidem voltar a partir,

desavisadamente, julgando não estar onde afinal já estavam: num dos cursos que forma o rio que procuravam: “e assentaram que deviam caminhar e buscar o rio de Lourenço Marques, e não sabiam que estavam nele (...) e sem embargo de verem ali uma gota vermelha, que era sinal de virem já ali portugueses, os cegou a sua fortuna, que não quiseram senão caminhar avante”. Os portugueses continuaram, assim, a sua jornada, cheios de fome e sede, passando por vários encontros e reconcontros com os nativos. A mulher de Manuel de Sousa, D. Leonor, “era uma das que caminhavam a pé; e sendo uma mulher fidalga, delicada e moça, vinha por aqueles ásperos caminhos tão trabalhosos como qualquer robusto homem do campo”. Os náufragos encontraram, então, negros que os levaram ao seu rei, o tal contra quem o primeiro rei os tinha advertido. Esse segundo rei conseguiu separar o grupo, com o argumento de que era para melhor conseguir alimentar as pessoas, e convenceu os portugueses a separarem-se das espingardas, dizendo que ele e os seus tinham medo delas, contra os avisos de D. Leonor, citada directamente pelo autor: “Vós entregais as armas; agora me dou como perdida com toda esta gente”. Estando os náufragos dispersos e desarmados, os nativos acabaram por, em duas ocasiões, roubar-lhes tudo, incluindo as roupas, apesar de D. Leonor se ter defendido corajosamente e ter sido apenas por intervenção do marido, temeroso de que os negros matassem ou ferissem a mulher, que ela acedeu a despir-se e ficar nua. Os náufragos voltam, assim, à condição primordial: nus, esfomeados, sedentos, perdidos. “Um dos grandes trabalhos que sentiam, era verem dois meninos pequenos seus filhos, diante de si chorando, pedindo de comer, sem lhes poderem valer”. A situação acaba por transtornar todos e o desenlace fatal adivinha-se: “E vendo-se D. Leonor despida, lançou-se logo no chão e cobriu-se toda com os seus cabelos (...), fazendo uma cova na areia, onde se meteu até à cintura sem mais se erguer dali”. Nesta altura da narrativa, o próprio autor emociona-se e pretende, igualmente, emocionar o leitor: “Em verdade, que não sei quem por isto passe sem grande lástima e tristeza. Ver uma mulher tão nobre, filha e mulher de fidalgos tão honrados, tão maltratada e com tão pouca cortesia.”

D. Leonor é novamente citada, quando se dirige aos restantes portugueses: “Bem vedes como estamos e que já não podemos passar daqui e que havemos de acabar por nossos pecados; ide-vos (...) embora, fazei por vos salvar e encomendai-vos a Deus; e se fordes à Índia e a Portugal (...), dizei como deixaste a Manuel de Sousa e a mim com meus filhos”. Diga-se que, citando D. Leonor, o autor acaba também por justificar a *Relação*, que se torna uma celebração da memória de duas personalidades de elite desaparecidas. Nos dias seguintes, efectivamente, morrerão, por ordem, um dos filhos de Manuel de Sousa, que este enterra na areia; e D. Leonor e o segundo filho. Sobre a reacção de Manuel de Sousa, o autor não tem certezas, daí que inicie a narração do que sucedeu com “dizem”: “Dizem que ele não fez mais, quando a viu falecida, que apartar as escravas dali e assentar-se perto dela, com o rosto posto sobre uma mão, por espaço de meia hora, sem chorar nem dizer coisa alguma; estando assim com os olhos postos nela, e no menino fez pouca conta.” Posto isto, enterrou a mulher e o filho e internou-se no mato “e nunca mais

o viram”, pressupondo-se que teria sido “comido por tigres e leões”. O autor remata a narrativa da “peregrinação” com a seguinte frase: “Assim acabaram sua vida mulher e marido, havendo seis meses que caminhavam por terras de cafres com tantos trabalhos”.

3.4.2.5 Retorno e salvação

O retorno e salvação de alguns portugueses ocupam poucas páginas das relações.

No caso da *Relação da Perda do Galeão São João*, o autor conta-nos, brevemente, que um navio português que comerciava marfim, sabendo da existência de portugueses na zona, resgatou os sobreviventes, não mais do que duas dezenas entre as centenas que tinham iniciado a “peregrinação”. Os sobreviventes, informa-nos também o autor, chegaram a Moçambique a 25 de Maio de 1553.

Os naufragos da nau São Bento também foram resgatados por um navio português que comerciava com os nativos, embora dois dos naufragos ainda tenham morrido no caminho. Conta o autor da relação que se salvaram vinte portugueses e três escravos das 322 pessoas que partiram do local onde a nau naufragou. No entanto, como o navio permaneceu alguns meses no local a comerciar, alguns nativos hostilizaram os portugueses, tendo mesmo roubado e espancado alguns comerciantes. Por isso, ainda há na relação espaço para a narração de uma luta final, pois os portugueses exerceram represálias sobre os nativos, atacando e queimando uma povoação durante a noite. De dizer também que a luta não representou o fim dos trabalhos por que passaram os naufragos da nau São Bento, pois durante a viagem para Moçambique, onde os sobreviventes haveriam de chegar a 22 de Abril de 1555, o navio atravessou tempestades e esteve para encalhar num baixio, mas por fim chegou a bom porto.

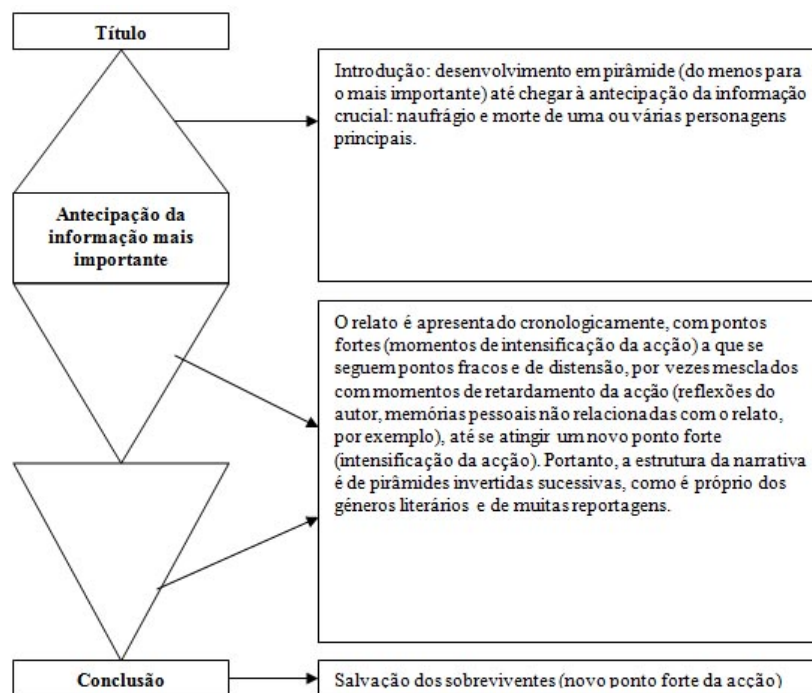
Por sua vez, alguns naufragos da nau São Paulo, como se disse, conseguiram chegar a Sunda e Calapa, onde havia navios portugueses. A maioria deles convalesceu nesses locais, mas uma dezena de homens morreu “de comer muito, porque lhes não sofria o debilitado estômago o que neles lançaram”. Os sobreviventes partiram, enfim, para Malaca, onde chegaram a 25 de Julho de 1561. Aí ainda morreram mais vinte portugueses, mas os outros, uma vez restabelecidos, ou embarcaram na armada que iria comerciar para a China ou então ficaram à espera da melhor ocasião para ir para a Índia. Afinal, a história parece cíclica...

Das três relações, o único final que se pode considerar mais atípico é o da *Relação da Perda do Galeão São João*, pois o autor aproveita esse momento da narrativa para narrar a curiosa aventura de um dos sobreviventes, Pantaleão de Sá, que andou “vagabundeando muito tempo pelas terras dos cafres”, até que deu com um povoado. Fingindo que era médico, curou uma ferida que o rei desse povoado tinha com nada mais do que lama. Por isso, ironicamente, os negros “puseram a Pantaleão de Sá em um altar e venerando-o como divindade, lhe pediu o rei que ficasse ao seu serviço, oferecendo-lhe metade do seu reino (...). Recusou Pantaleão de Sá

a oferta, afirmando-lhe que era preciso voltar para os seus. E mandando o rei fazer uma grande quantia de ouro e pedraria, o premiou grandemente, mandando aos seus que o acompanhassem até Moçambique”. Desta forma bem-humorada, que contrasta com o dramatismo de tudo o que aconteceu anteriormente, encerra-se a *Relação da Perda do Galeão São João*.

3.4.3 Tradução gráfica da estrutura das três relações

Tendo em conta os dados acima referidos, pode dizer-se que as três relações têm uma estrutura bastante semelhante, que graficamente pode ser representada da seguinte maneira:



O esquema atrás representado corresponde, grosso modo, à técnica das múltiplas pirâmides invertidas, com início e final fortes, comum nas reportagens contemporâneas (Fernández Parrat, 2001; Sousa, 2005). Os formatos jornalísticos de hoje não são, afinal, mais do que uma recuperação e reconversão dos formatos narrativos do passado. Aliás, os próprios jornalistas tendem a repetir modelos fixados profissionalmente, como a técnica da pirâmide invertida.

4 As relações de naufrágios ocasionais como histórias jornalísticas

As relações aqui estudadas são simultaneamente notícias e histórias, narrativas. Melhor dizendo, como todas as notícias, as relações são histórias. Mais, elas são, como

vimos, histórias cujas formas reflectem a história das maneiras de narrar e cujos enquadramentos indiciam os valores culturais da época em que foram escritas. Como argumentaria Schudson (1995), o seu conteúdo foi encaixado numa estrutura narrativa pré-existente, como acontece com toda a notícia.

Um dos primeiros autores a enfatizar a ideia de que as notícias são histórias com história e produzidas numa determinada cultura foi Robert Darnton (1975). Para ele, as notícias são eternas, no sentido de serem sobre o que sempre foi notícia: política, desastres, pessoas famosas, etc. Factos e histórias são constituídos em interacção: em jornalismo, os factos são sempre uma *história dos factos*. As histórias jornalísticas, ou seja, as notícias, baseiam-se em factos e os factos necessitam das histórias, ou seja, de notícias, para “existirem”. Mais do que isso: as notícias, ou histórias jornalísticas, são montadas a partir de factos disponíveis e relevantes. O jornalista demonstra a sua capacidade sabendo como encontrar os factos mais relevantes e interessantes e sabendo como montar a notícia, como uma história, a partir deles. Em suma, o jornalista demonstra a sua capacidade reconhecendo quando está perante uma boa história e sabendo narrá-la. Os autores das relações descobriram essas boas histórias, tiveram a capacidade de narrá-las como boas histórias, conquistando os leitores, e usaram os enquadramentos do mundo próprios da época para incrementar o interesse destes últimos. Afinal, uma história bem contada é sempre uma história bem contada...

Elisabeth Bird e Robert Dardenne (1988) falam, igualmente, das notícias como sendo histórias construídas no seio de uma gramática da cultura. São, assim, histórias representativas dessa cultura e ajudam a compreender os seus valores e símbolos. Enquanto narrativas, as notícias possuem códigos simbólicos reconhecidos pela audiência, que, inclusivamente, balizam as fronteiras do aceitável e do inaceitável. Ettema e Glasser (1998) acrescentam, por seu turno, que o reportório cultural determina a notícia, pois, segundo os autores, são as linhas de força de cada história, pré-existentes numa determinada cultura, que ajudam a construir os factos. Brown (1979) vai mais longe, sugerindo que as histórias que as notícias são reflectem as preocupações sociais em cada momento, sendo essa uma das características que lhes confere êxito social. As relações de que este estudo dá conta ilustram bem as ideias desses diferentes autores, quer como dispositivos discursivos de natureza cultural, quer como artefactos que indiciam as omnipresentes preocupações quinhentistas com os destinos dos navios da Carreira da Índia, quer ainda como balizadores das fronteiras do aceitável e do inaceitável, como transparece, ao longo das narrativas, no olhar simultaneamente crítico, irónico e/ou compadecido dos autores sobre os comportamentos das personagens.

Por seu turno, Phillips (1976) mostra que o jornalismo privilegia o concreto e particular e não o estrutural. O jornalismo favorece, assim, familiaridade acerca das coisas e não conhecimentos profundos sobre elas. As relações são exemplos antigos do que diz Phillips: reportam casos singulares que trazem ao leitor um certo tipo de familiaridade quer com o acontecimento quer com os riscos da navegação quinhentista.

tista, uma familiaridade, aliás, bastante afastada do conhecimento estrutural, como, certamente, concluiria a autora.

Phillips (1976) explica, também, que as notícias são repetitivas porque os acontecimentos noticiados têm previamente de fazer sentido como acontecimentos dignos de serem notícia. Os acontecimentos, por inesperados que sejam, devem ser “esperados”. As várias relações de naufrágios publicadas em Portugal entre os séculos XVI e XIX, documentam, precisamente, a explicação de Phillips.

Acentuando as explicações culturológicas para as notícias, Michael Schudson (1988) diz que estas podem ser vistas na perspectiva dos géneros literários, assemelhando-se a romances, tragédias, comédias e sátiras. As três relações foram construídas como tragédias, mas em algumas das suas páginas parecem, pontualmente, metamorfosear-se em sátiras, o que ajuda a conferir-lhes interesse como reportagens e narrativas. É o caso de Pantaleão de Sá, que, fingindo-se médico, cura um rei africano com lama (São João), ou da vã tentativa de os naufragos construírem câmaras e retretes para duas fidalgas na embarcação que fizeram para saírem do local do naufrágio (São Bento). As relações tiveram êxito editorial precisamente porque, como o comprovam as sucessivas reedições, são boas histórias e foram bem contadas, são excelentes tragédias, misturando, ainda, pormenores satíricos que revelam a comédia humana - e os humanos defeitos - mesmo em situações limite. Elas misturam drama (fome, sede, esgotamento, calor asfixiante, frio cortante, traições, emboscadas...), acção (combates, naufrágio, exploração...), morte, exotismo (raças e animais estranhos), revelação de um mundo desconhecido que os Descobrimentos e o comércio global desvelavam, episódios da vida de personagens reais da elite aristocrática e burguesa de Portugal, tudo enquadrado pela omnipresente religião. Estimulam a imaginação, fazem o leitor viajar por lugares longínquos, revivendo aventuras e tragédias e comovendo-se com o destino dos naufragos. Permitem a personalização do relato, ao narrarem dramas individuais de figuras famosas da época. Ou seja, obedecem a vários critérios de noticiabilidade, tal e qual as notícias sempre obedeceram. Contribuem para o leitor *viver a aventura por interposta pessoa, conhecer lugares distantes pela pena do “jornalista”*, participar indirectamente na epopeia dos Descobrimentos, nos riscos do comércio ultramarino, cujos finais eram muitas vezes funestos, como advertia o Velho do Restelo n’*Os Lusíadas*, de Camões. Elas mostram, afinal, que as lágrimas de uns podem ser as lágrimas de todos, os padecimentos de uns os padecimentos de todos.

Parte do êxito das relações deve-se, também, ao facto de elas satisfazerem a *curiosidade humana*. Elas satisfazem o interesse pelos novos mundos que os Descobrimentos abriam ao mundo, o interesse pelas viagens marítimas e as condições em que decorriam, o interesse pelos povos e culturas distantes, pelos animais, plantas, povos e paisagens desconhecidos. Mas elas também satisfazem, particularmente, esse interesse desmesurado pela vida dos outros, em particular quando os outros são pessoas mais ou menos famosas, cujas referências nos são familiares, como ainda hoje nos provam as *Holas*, as *Caras* e outras revistas “de celebridades”. As vicissitudes dos “famosos” parecem calar mais junto do público, emocionar mais

as pessoas, quiçá porque os tornam mais humanos. Quando a tragédia bate à porta dessas pessoas, mostra-nos que também pode bater, com facilidade, à nossa porta. Consumimos essa informação, porventura, para exorcizar os nossos próprios medos e fantasmas, para evitarmos o que pode dificultar a nossa vida e mesmo colocar em risco a nossa sobrevivência, para pensarmos no que a nossa vida é, poderia ser ou poderia ter sido. O fundo moral das relações, como escreveu o autor da *Relação do Naufrágio da Nau São Paulo*, Henrique Dias, tem exactamente a ver com isso, com a ideia de que “antes com menos da terra do que atravessar o mar por coisas tão transitórias e de pouca dura.”

Uma outra causa para o êxito das relações de naufrágios aqui estudadas diz respeito à *proximidade com os eventos*. Proximidade temporal mas também afectiva, já que, segundo Vitorino Magalhães Godinho (1963), cerca de um quinto (em certas ocasiões um quarto) da população portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII, esteve directa ou indirectamente envolvida nos Descobrimentos.

Nova razão justificativa do êxito editorial das relações de naufrágios reside no contraponto que elas fazem às gloriosas crónicas oficiais. Ao contrário das crónicas oficiais, as relações de naufrágios mostram as tragédias e sofrimentos, atentam nos pequenos factos do quotidiano, muitos deles próximos da vida das pessoas, mostram que por trás dos Descobrimentos e do início da Globalização contemporânea esteve principalmente a obtenção de lucro, a intenção comercial, pois foi a perspectiva de enriquecimento, ou de maior enriquecimento, que estimulou o poder político a encetar e apoiar os Descobrimentos, a colonização e o comércio marítimo intercontinental e que colocou nas naus homens e mulheres, velhos, adultos e crianças, ricos e pobres.

Shoemaker e Reese (1996: 114) dizem que as histórias jornalísticas, para serem atraentes, tendem a integrar os mitos mais proeminentes numa determinada cultura. As histórias narradas nas relações aqui estudadas são também narrativas míticas sobre Portugal e a sua missão no mundo (“dar novos mundos ao mundo, pôr em contacto povos e culturas”), onde o espírito de cruzada se cruza com o espírito dos Descobrimentos, onde se manifesta o desejo de reforço da fé cristã e se dá sentido à ideia da missão civilizadora de Portugal no mundo. No entanto, pode também identificar-se nas relações uma dimensão ideológica, na medida em que elas não beliscam a hierarquia social nem o sistema e se centram na vida, acção e citação de comerciantes e navegantes de alta linhagem, que têm tanto de aventureiro como de avidez. O jornalismo de ontem, e o de hoje, mesmo que não fosse, nem seja, monolítico, tendeu, e tende, a preservar o *statu quo*.

Finalmente, as relações de naufrágios ensinam os perigos a evitar nas empresas marítimas, contribuindo para edificar conhecimento comum. Tiveram, consequentemente, efeitos cognitivos, para além dos efeitos afectivos que produziram ao narrar as desventuras dos protagonistas.

Conclusões

A principal conclusão a tirar deste trabalho é a possibilidade de afirmar que as três relações quinhevistas estudadas podem considerar-se exemplos do jornalismo emergente. Sofrendo a influência das crónicas medievais (Lanciani, 1979), já elas exemplos de *quase-reporagens*, as três relações aqui estudadas constituem-se como reportagens de acontecimentos notáveis, recentes e dramáticos e foram elaboradas para terem ampla difusão pública.

São várias as características que nos permitem considerar as três relações em causa como reportagens, nomeadamente se descontarmos as questões de estilo próprias da época:

1. Descrevem acontecimentos reais em profundidade, mais extensiva que compreensivamente, e exploram, analiticamente, causas e consequências dos mesmos;
2. Foram elaboradas à luz de critérios de valor noticioso intemporais (actualidade, possibilidade de personalização e dramatização das histórias, referência a tragédias, lutas e morte e à vida de pessoas famosas, negatividade...);
3. Apesar das liberdades analíticas e estilísticas dos seus autores, destinadas a intensificar e enquadrar (por vezes religiosamente) os relatos, nota-se que os textos foram, jornalisticamente, produzidos com intenção de verdade, rigor e ânimo de fidelidade aos factos, sendo várias as referências rigorosas a datas e locais, as citações directas ou sob a forma de paráfrase, etc.

É de realçar que outras marcas das relações estudadas são comuns às reportagens contemporâneas. Por exemplo, a referida intervenção dos autores no relato, para analisar, enquadrar e mesmo dar conta das suas próprias vivências dos factos narrados, ou ainda para referir as circunstâncias em que ouviram e citaram as fontes de informação, são comuns às reportagens jornalísticas contemporâneas.

A segunda conclusão a tirar é a de os esquemas narrativos usados nas relações são homólogos, estando ainda hoje presentes no discurso jornalístico. Pode dizer-se, assim, que vários formatos e formas de narrar se repetem ao longo dos tempos, mais ou menos reconvertidos e reconfigurados. Se os conteúdos jornalísticos têm uma história, as formas de relatar também as têm, sendo que os conteúdos se adaptam à forma, como observámos nas três relações aqui estudadas, que seguem, como provou Lanciani (1979), a estrutura de contos e relatos medievais e obedecem a regras da retórica clássica, cujas bases remontam ao Mundo Antigo. Aliás, numa época em que pontificavam em Portugal cronistas extraordinários e bem formados, como Damião de Góis, Diogo do Couto¹⁹ e João de Barros, é na-

¹⁹ Uma das relações seiscentistas de naufrágios é precisamente da autoria de Diogo do Couto. Trata-se da *Relação do Naufrágio da Nau São Tomé da Terra dos Fumos no Ano de 1589 e dos Grandes Trabalhos que Passou Dom Paulo de Lima nas Terras da Cafraria até à Sua Morte. Escrita por Diogo do Couto, Guarda-Mor da Torre do Tombo. A rogo da Senhora D. Ana de Lima, Irmã do Dito Paulo de Lima, no Ano de 1611.*

tural que as crónicas, incluindo as medievais, tivessem servido de modelo para as relações quinhentistas e seiscentistas. As relações aqui estudadas podem mesmo ser consideradas manifestações populares das grandes crónicas, menos eruditas, menos prolixas, mais sensacionalistas e dramáticas, destinadas a emocionar, a moralizar e a *serem consumidas o mais massivamente possível*²⁰, para dar lucro ao autor e ao editor. A este propósito, pode-se, também, realçar que se nota nas três relações uma tendência dos autores para a análise das situações, o que aproxima esses relatos da enunciação jornalística especializada contemporânea. É possível afirmar, ainda, que o sucesso dos relatos de naufrágios antecipa, de certa maneira, o sucesso do jornalismo de reportagem, do jornalismo de viagens e do jornalismo popular e ilustra a existência prévia de algumas das condições que vieram a permitir o êxito do jornalismo industrial popular e sensacionalista no século XIX.

A terceira conclusão que podemos extrair do trabalho é a de que, ao contrário das grandes crónicas, as relações de naufrágios dão conta de uma conjuntura desfavorável ao Portugal quinhentista. Depois de muitos anos de onnipresença no comércio intercontinental, provocada pelo início da feliz epopeia dos Descobrimentos, Portugal começava já a entrar numa crise económica e social profunda²¹, masoquisticamente indiciada pelos relatos de naufrágios, metáforas pré-jornalísticas de um país adiado e de incerto futuro, em que o temor habitava o inconsciente colectivo. A conservação dos navios era descurada, as melhores rotas eram desrespeitadas, os capitães eram nomeados mais pelos seus títulos nobiliárquicos do que pelas suas capacidades e os períodos mais favoráveis para navegar eram desprezados por causa da cobiça de comerciantes apostados no lucro antes de todas as coisas, que ainda por cima sobrecarregavam as naus com mercadorias. Pode-se, assim, afirmar que os relatos jornalísticos, ontem como hoje, são histórias que indiciam o mundo real e as circunstâncias de cada época, por vezes atentando mais no particular do que no geral, naquelas pequenas coisas que afectam directa e quotidianamente as pessoas do que nos grandes temas, mais abstractos. O jornalismo tem, afinal, uma história e essa história revela-se, como vimos, nas formas e nos conteúdos das notícias. O jornalismo é, pois, uma história do mundo continuada, é um *curriculum* da humanidade. As notícias de hoje acrescentam novidade às antigas, mas como os critérios de noticiabilidade são, de certa forma, intemporais, parece que há novidade sem verdadeira mudança, como disse Phillips (1976).

Finalmente, como última conclusão, pode explicitar-se que, ao contrário do que argumenta Tengarrinha (1989: 29), parece emanar das três relações o apego dos respectivos autores à verdade e aos factos, seguindo, aliás, a tradição da historio-

²⁰ Algumas das folhas ocasionais tiravam mais de mil exemplares por edição, numa época em que a tiragem média de livros na Europa andava pelos 300 exemplares.

²¹ Crise essa de que ainda não recuperou, e que o ouro do Brasil e a expansão colonial não fizeram mais do que camuflar, mas que foi agudizada pela Ditadura do Estado Novo, pelo período conturbado e de excessos do pós-25 de Abril (Processo Revolucionário em Curso) e pela ineficácia que os sucessivos governos pós 1974 denotaram nas tentativas de modernização do país, e que foi atenuada somente graças à integração europeia.

grafia iniciada por autores como Tucídides e Xenofonte na Grécia Antiga. O valor jornalístico da verdade no relato é, assim, notoriamente, um valor historicamente consolidado, que transcende, inclusivamente, as fronteiras do jornalismo.

Bibliografia

- BELO, A. *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- BIRD, E. e DARDENNE, R. Myth, chronicle, and story: Exploring the narrative qualities of news, in CAREY, J. W. (Ed.) *Media, Myths and Narratives*. Newbury Park: Sage, 1988.
- BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Barcelos: Editora do Minho, 1942 [Edições originais de 1735/1736, respectivamente 1º e 2º volumes].
- BROWN, R. M. The gatekeeper reassessed: A return to Lewin. *Journalism Quarterly*, vol. 56, 1979.
- DARNTON, R. Writing news and telling stories. *Daedalus*, n.º 104, 1975.
- ETTEMA, J. e GLASSER, T. *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press, 1998.
- FERNÁNDEZ PARRATT, S. *A Reportaxe de Prensa en Galicia*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2001.
- GODINHO, V. M. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa: Arcádia, 1963.
- LANCIANI, G. *Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura, 1979.
- MUÑOZ-TORRES, J. R. *Por Qué Interesan las Noticias*. Barcelona: Herder, 2002.
- PASSOS, C. Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII. Naufrágio Inéditos. Novos subsídios para a história trágico-marítima de Portugal, *Biblos*, IV, 1928.
- PEUCER, T. Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.)
- PHILLIPS, E. B. What is news? Novelty without change? *Journal of Communication*, vol. 26, n.º 4, 1976.
- SCHUDSON, M. Porque as notícias são como são. *Comunicação e Linguagens*, n.º 8: 1988.

SCHUDSON, M. *The Power of News*, Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SILVA, I. F. S.; ARANHA, B. e BRITO, J. J. G. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987 [reedição fac-similada].

SOUSA, J. P. *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.

SOUSA, J. P. *Elementos de Jornalismo Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

TENGARRINHA, J. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2^a edição revista e ampliada, Lisboa: Caminho, 1989.